

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA - BACHARELADO

VILSON VINÍCIUS DOS SANTOS RODRIGUES

**EPISTEMOLOGIA DAS VIRTUDES E O PROBLEMA DO VALOR DO
CONHECIMENTO**

Porto Alegre – Rio Grande do Sul
2019

Vilson Vinícius dos Santos Rodrigues

EPISTEMOLOGIA DAS VIRTUDES E O PROBLEMA DO VALOR DO CONHECIMENTO

Trabalho de conclusão de curso de
graduação apresentado ao Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, como requisito parcial para obtenção
do grau de Bacharel em Filosofia.

Porto Alegre, 17 de Dezembro de 2019.

Orientador: Prof. Dr. Eros Moreira de Carvalho

BANCA EXAMINADORA

Nome do Professor

Prof. Dr. David Horst

Nome do Mestre

Me. Jeferson Diello Huffermann

AGRADECIMENTOS

Gostaria primeiramente de agradecer ao meu orientador Eros Moreira de Carvalho não só pela orientação do TCC e da iniciação científica, mas por ser um professor e filósofo inspirador.

Em segundo lugar, ao meu pai, mãe, irmã e namorada. Tanto pelo apoio quanto por fornecerem as condições para que eu exerça essa profissão. Um agradecimento em especial para a minha namorada, Maíra Rodrigues, por sempre participar dos meus experimentos – de apenas um indivíduo – de filosofia experimental.

Em último lugar, mas não menos importante – pelo contrário, *a* mais importante –, o meu eterno agradecimento a minha falecida avó, Julieta Moreira da Silva. Dedico esse TCC e todos os meus futuros trabalhos a ela, pois sem a sua inestimável ajuda talvez eu não fosse chegar na metade do caminho que eu cheguei na filosofia. Obrigado, vó.

RESUMO

O presente trabalho visa entender no que consiste o problema do valor conhecimento e quais são as demandas para uma resposta adequada a esse problema. Uma vez mostrado que a epistemologia das virtudes parece ser uma teoria epistemológica interessante, procuraremos uma solução dentro desse escopo. Em especial, utilizamos a teoria epistemológica do epistemólogo das virtudes John Greco para atingir nosso objetivo de resolver o problema do valor do conhecimento – teoria a qual concebe conhecimento como um tipo de sucesso por causa de habilidades. Embora haja duas críticas desenvolvidas por Christian Piller em relação a solução de Greco, mostramos como elas são insuficientes para abandonarmos a nossa hipótese inicial.

Palavras-chave: Teoria do Conhecimento, Valor do Conhecimento, Epistemologia das Virtudes.

ABSTRACT

This work aims to understand in what consists the problem of value of knowledge and what are the demands to an adequate answer to this problem. Once shown that virtue epistemology seems to be an interesting epistemological theory, we search for a solution inside this scope. In particular, we are going to focus on John Greco's virtue epistemology to achieve our goal of resolving the problem of value of knowledge – a theory which understands knowledge as a kind of success through abilities. Even though there are two critics developed by Christian Piller to the Greco's solution, we show how it is insufficient to abandon our initial hypothesis.

Keywords: Epistemology, Value of Knowledge, Virtue Epistemology.

Sumário

1) Introdução	7
2) Problema do Valor do Conhecimento	8
2.1) Problema Primário do Valor.....	8
2.2) Problema Secundário do Valor.....	10
2.3) Problema Terciário do Valor	11
2.4) O Problema da Inundação [<i>Swamping Problem</i>]	13
3) Epistemologia das Virtudes	17
4) Epistemologia das Virtudes de John Greco	23
4.1) A Natureza do Conhecimento	23
4.2) O Valor do Conhecimento.....	29
5) Objeções e respostas	36
5.1) Sucesso a partir de habilidades não é sempre valioso.....	36
5.2) Conhecimento não é sempre valioso.....	37
5.3) Respostas	38
6) Conclusão	44
Referências	47

1) Introdução

Este trabalho versará sobre como o problema do valor do conhecimento pode ser resolvido pela epistemologia das virtudes de John Greco.

Inicialmente explicaremos o que é o problema do valor do conhecimento e quais são as condições para que haja uma resposta satisfatória ao mesmo. A questão se divide em quatro problemas: primário, secundário, terciário e o problema da inundação [*swamping problem*]. Uma resposta adequada ao problema em questão terá de responder aos quatro problemas.

Analisando como a teoria epistemológica chamada de epistemologia das virtudes tem algo relevante a nos dizer sobre como resolver esse problema, veremos o que constitui e quais são as características essenciais dela. Ainda que haja uma divisão de posições opostas nessa teoria epistemológica, salientaremos qual é o seu núcleo que faz com que as posições opostas sejam chamadas de epistemologia das virtudes.

Por último, examinaremos o que é a epistemologia das virtudes de John Greco, a sua motivação para usarmos, em específico, sua teoria e como ela soluciona o problema do valor do conhecimento. A primeira etapa será entender o que Greco quer dizer quando defende que conhecimento é um tipo de sucesso por causa de habilidades. Para isso, confrontar a sua teoria com problemas epistemológicos clássicos é crucial. Veremos como a ideia de que conhecimento é um tipo de sucesso por causa de habilidades responde ao problema da sorte epistêmica (os casos de Gettier e os casos dos falsos celeiros). A segunda etapa consistirá em explorar a sugestão de que o conhecimento tem valor intrínseco e final, porque sucesso por causa de habilidades tem valor intrínseco e final. Como isso soluciona os quatro problemas mencionados acima será a etapa crucial.

Por último, a seção de objeções e respostas. As objeções são duas: conhecimento não tem sempre valor final e sucesso por habilidades não tem sempre valor final. Em resposta, investigaremos as consequências axiológicas de objetos que possuem valor final. Se estivermos corretos, essas consequências axiológicas deixam intacta a solução de Greco para o problema do valor do conhecimento.

2) Problema do Valor do Conhecimento

Qual é o valor que o conhecimento tem? O conhecimento tem valor final ou valor instrumental? O fenômeno do conhecimento perpassa toda a nossa vida em todos os contextos: desde a nossa mais tenra idade, preocupados em saber como pronunciar as nossas primeiras palavras e saber como dar os nossos primeiros passos, até as nossas vidas adultas preocupados em qual é a melhor vaga de emprego ou qual é a melhor teoria científica. O fenômeno do conhecimento é saliente não só em contextos nos quais os indivíduos são portadores de conhecimento (como os exemplos antes dados), mas também em contextos coletivos. A empresa *sabe*¹ qual é a melhor decisão a ser tomada em relação aos cortes de gastos, o time de vôlei *sabe* uma excelente jogada ensaiada para marcar o próximo ponto, etc. E nós tomamos muitas dessas formas de conhecimento como valiosas. Nós louvamos o sábio, por causa de seu conhecimento. Em geral, nós avaliamos bem pessoas que *conhecem*. Dado que a atribuição de conhecimento é algo difuso em nossas vidas, é deveras interessante saber qual é o seu valor. Ademais, nós temos esta intuição forte de que o conhecimento é *distintamente* valioso. Assim como a vida e a saúde parecem distintamente valiosas para nós, o conhecimento também parece ser. O que isso quer dizer em relação ao conhecimento é o que nós procuraremos explicar.

Abaixo haverá uma divisão dos problemas a serem sanados para que uma resposta seja satisfatória à questão de qual é o valor do conhecimento. Pode-se erroneamente entender que um é mais importante que o outro, dado que estão distinguidos como problema primário, secundário e terciário. No entanto, na verdade, a relação entre os problemas são que um leva ao outro uma vez que partimos da ideia de que o conhecimento é distintamente valioso. Essa separação como problemas do valor do conhecimento foi feita primeiramente por Duncan Pritchard (2007, 2009, 2010), portanto é a partir dele que a apresentação será feita.

2.1) Problema Primário do Valor

A primeira exigência que aparece historicamente, em Menon, de Platão, é a de responder por que o conhecimento tem mais valor que crença verdadeira. No entanto, crença verdadeira e conhecimento são ambos estados epistêmicos desejáveis. Adaptando um exemplo de Platão, imagine que alguém quer ir até o centro de sua cidade. Iolanda deseja ir ao centro

¹ Há, de fato, um debate sobre se o conhecimento de grupos se reduz ao conhecimento de indivíduos. Meu ponto, no entanto, é salientar que o fenômeno do conhecimento (ou, melhor dizendo, o debate sobre o conhecimento) aparece em diversos contextos diferentes.

da sua cidade. Ela forma o conhecimento de que para ir até o centro de sua cidade, ela deve descer no fim da linha do ônibus que passa perto de sua casa. Iolanda sabe disso, porque a sua vizinha que trabalha no centro da cidade a contou. Ela pega o ônibus e chega até o centro. Pense em outro caso agora. Estêvão também deseja ir ao centro de sua cidade. Porém, ele forma apenas crença verdadeira de como chegar até o centro de sua cidade. Estêvão simplesmente crê que se pegar qualquer ônibus na frente de sua casa, ele chegará ao centro de sua cidade. Por sorte, Estêvão forma a crença verdadeira de que qualquer ônibus que passa na frente de sua casa vai até o centro da cidade. Ou seja, ele também consegue o que deseja, a saber, ir até o centro da cidade.

Então, por que ambos os estados epistêmicos, conhecimento e crença verdadeira, são desejáveis como foi dito no início? Porque ambos são estados que nos auxiliam na nossa vida prática. Tanto Iolanda quanto Estêvão conseguiram o que desejavam: ir até o centro de sua cidade. O problema primário consiste, portanto, em entender por que parece que conhecimento é mais valioso que crença verdadeira. Como tornar mais plausível essa intuição de que conhecimento tem mais valor do que crença verdadeira? Para isso me apoio em um exemplo parecido com o de Patrick Bondy (2019). Modificando um pouco o exemplo, continuemos com os nossos protagonistas Estêvão e Iolanda. Estêvão acredita que o lutador de MMA Anderson Silva é um excelente lutador. Todavia, ele acredita nisso com base na admiração da beleza de Anderson. Por Anderson ser extremamente bonito, Estêvão acredita que o lutador foi um dos melhores da história que já pisou no octógono do MMA. Iolanda também acredita que o Anderson Silva é um dos melhores lutadores de MMA da história. Porém, por sua vez, ela acredita nisso com base nas seguintes evidências: ele teve o maior número registrado de defesas de cinturão, maior número de knockouts em defesa de cinturão e maior número de prêmios de luta da noite.

Suponha que isso tudo seja verdade, inclusive que Silva foi um dos melhores lutadores de MMA da história. Estêvão e Iolanda ambos sustentam crenças verdadeiras. Mas ele parece estar sustentando a sua crença de uma maneira tão avessa a como se avalia lutadores de MMA que nós, como Bondy diz, “relutaríamos em pensar nisso como um item de conhecimento”² (Bondy, 2019). No máximo, atribuiríamos crença verdadeira à Estêvão. Enquanto a Iolanda tem algo que chamaríamos de conhecimento. Se a intuição é forte o suficiente, nós avaliamos melhor a maneira como a Iolanda tem contato cognitivo com o mundo do que o modo como o Estêvão faz. Nós desejamos mais estar no estado epistêmico de Iolanda, do que o de Estêvão.

² Todas as traduções são de minha inteira responsabilidade.

O ponto é, portanto, mostrar como embora ambos tenham a mesma crença verdadeira, Iolanda tem algo (a saber, conhecimento) não só que é preferível mas também mais valioso.

Uma resposta que pode surgir imediatamente de por que conhecimento é mais valioso que crença verdadeira é a seguinte: conhecimento tem valor prático para nós, por isso ele é mais valioso do que crença verdadeira. Se quisermos aliviar a nossa dor de cabeça, soubermos o caminho até o mercado mais próximo, ajudarmos um amigo em necessidade, entre outros problemas, o conhecimento nos oferece ajuda para solucionarmos esses problemas. É por isso que o conhecimento tem mais valor que crença verdadeira, por causa de seu valor prático no nosso dia a dia. Todavia, como já foi dito antes, tanto crença verdadeira quanto conhecimento são estados epistêmicos desejáveis por causa do valor prático que ambos os estados exercem nas nossas vidas. Por exemplo, uma pessoa *sabe* o caminho do mercado mais próximo e outra pessoa tem a *crença verdadeira* do mercado mais próximo. Ambas não chegam ao seu destino desejado? Ambas não possuem os meios necessários para chegar ao mercado mais próximo? Com certeza sim. Ou seja, tanto ter *conhecimento* quanto ter *crença verdadeira* possuem, aparentemente, o mesmo valor prático. E nós intuimos que conhecer e ter crença verdadeira possuem valores diferentes. Mais: como tem sido dito, o conhecimento tem mais valor que crença verdadeira. Mas por quê? Esse é o problema primário do valor do conhecimento. A resposta apelando ao valor prático não responde por que o conhecimento tem mais valor do que crença verdadeira.

2.2) Problema Secundário do Valor

O primeiro problema nos leva ao segundo problema, a saber, por que o conhecimento é mais valioso que aquilo que seja menos do que conhecimento (Pritchard, Millar e Haddock, 2010)? Assim como crença verdadeira é menos do que conhecimento (e o problema primário é saber por que o conhecimento é mais valioso que crença verdadeira) crença justificada também é menos do que conhecimento. Por exemplo, posso ter uma crença justificada, mas falsa. Também se deve responder por que conhecimento é mais valioso que crença verdadeira justificada. Sabe-se que conhecimento é algo mais do que crença verdadeira justificada (CVJ), pois CVJ não elimina sorte epistêmica. Isto é, apesar de termos uma crença verdadeira justificada, ainda podemos estar nesse estado epistêmico através de sorte. Como sorte não é algo que queremos na nossa teoria do conhecimento, portanto CVJ não é conhecimento. Um exemplo claro de como isso ocorre é o seguinte. Para que o exemplo funcione, assumamos que justificação é falível. Digamos que eu esteja olhando a uma certa distância para um

campo e eu aviste algo que se parece com uma ovelha. Como o campo tem o gramado baixo e as condições de iluminação são boas, portanto eu formo confiavelmente a crença de que há pelo menos uma ovelha no campo. No entanto, o que eu percebi não é uma ovelha e sim um cachorro extremamente similar a uma ovelha. Mas, por sorte, há uma ovelha em outra parte do campo a qual eu não havia visto. Assim, a proposição que eu sustento (há pelo menos uma ovelha no campo) é uma crença verdadeira e justificada que não constitui conhecimento. Cabe, portanto, saber por que esses estados epistêmicos que são menos do que o conhecimento falham em ser tão valiosos quanto o próprio conhecimento.

2.3) Problema Terciário do Valor

Responder a esses dois primeiros problemas, contudo, não é suficiente para dar uma resposta adequada a nossa questão. Uma vez que a nossa questão – e o que nos parece intuitivo – é por que o conhecimento é distintamente valioso, não seria adequado apenas responder por que o conhecimento tem mais valor que aquilo que é menos do que conhecimento. Isso poderia dar a entender que o conhecimento é meramente mais valioso *quantitativamente* do que crença verdadeira e de tudo aquilo que seja menos do que conhecimento. Mas não é o caso. O conhecimento é *qualitativamente* mais valioso do que qualquer desses estados epistêmicos que são menos do que o conhecimento. Ou seja, conhecimento é de um *tipo* diferente. Saber o porquê de o conhecimento ser *qualitativamente* – de um *tipo* diferente – distinto é o problema terciário do conhecimento. Há duas intuições que motivam a questão do problema terciário: uma intuição envolve a prática dos epistemólogo e a outra envolve o valor do conhecimento (Pritchard, Millar e Haddock, 2010, p. 7-8). Primeiro, vamos supor que o valor até o conhecimento seja em graus. A cada grau que subimos aumentamos o valor até chegar ao valor do conhecimento: crença verdadeira, crença justificada, crença verdadeira justificada e conhecimento. Não há distinção qualitativa, mas meramente quantitativa. No entanto, se não houver uma distinção qualitativa, então não há uma explicação de por que os epistemólogo dedicaram maior tempo ao estado epistêmico chamado de conhecimento (e não daquilo que é menor do que o conhecimento ou até maior do que o conhecimento – por exemplo, entendimento³). E, segundo, nós tomamos o

³ Ainda que o debate sobre a natureza do entendimento não seja tratada aqui, cabe ressaltar que há uma literatura nova e frutífera na epistemologia analítica contemporânea sobre se entendimento é reduzível ou não ao conhecimento (ver Gordon, 2019). Uma vez que teorias atribuem valor final ao conhecimento, será necessário que desenvolvam uma concepção na qual entendimento nada mais é que um tipo de conhecimento (o que John Greco, de fato, faz (Greco, 2014)).

conhecimento como tendo valor final. O que isso quer dizer? Isso significa que o conhecimento é valioso por si mesmo⁴. Um bem sem qualificações, isto é, não é um bem para algo outro. Se fosse um bem para algo outro, o conhecimento seria um valor instrumental. No entanto, não pode ser o caso de ser um valor instrumental, pois teríamos que perguntar qual é o valor que o conhecimento está servindo já que ele não é valioso por si mesmo. E isso não seria uma resposta adequada à questão de por que o conhecimento é distintamente valioso. Por exemplo, suponha para fins de argumentação que a vida e a saúde são valiosas por si mesmas, isto é, possuem valor final. Sendo elas valores finais, não há resposta à questão de por que a vida e a saúde são valiosas por si mesmas, pois elas são o nosso ponto de parada daquilo que tomamos como finalmente valioso. Se esses bens fossem instrumentais, teríamos que continuar perguntando a que bem outro elas servem. E, também, se esse bem outro serve outro bem, e assim por diante. É necessário, portanto, que haja valor final para que termine o regresso dos valores instrumentais. Tomemos um exemplo de valor instrumental para nós. A comida nutritiva parece ser instrumentalmente valiosa para nós. Por quê? Porque ela é um instrumento para aquilo que nós tomamos como valioso em si mesmo, a saber, a vida e a saúde. Assim o conhecimento parece se assimilar ao valor final da vida e da saúde. O conhecimento, sendo finalmente valioso, é o ponto de parada para a questão por que o conhecimento é distintamente valioso.

Por fim, com o intuito de entender melhor a conexão entre esses problemas, cabe uma clarificação. O que quer dizer isso de que o problema primário *leva* ao problema secundário que, por sua vez, *leva* ao problema terciário? Inicialmente pode-se entender como uma relação de implicação, mas não é necessário que seja tão forte assim. Um problema *levar* ao outro significa que se quisermos dar uma resposta adequada à pergunta de por que o conhecimento é distintamente valioso, essas seriam as demandas a serem satisfeitas. Inicialmente perguntamos por que o conhecimento seria mais valioso do que crença verdadeira. Vendo que entendemos que crença verdadeira parece ser algo menos do que o conhecimento, também devemos perguntar por que o conhecimento é mais valioso que aquilo que é menos que conhecimento (além de crença verdadeira, crença justificada e crença verdadeira justifica, por exemplo). Por fim, não só é intuitivo exigir essas duas primeiras demandas, mas também é intuitivo exigir a demanda de por que o conhecimento é qualitativamente distinto daquilo que

4 Maiores explicações sobre o conceito de valor final serão dadas na seção 4.2.

é menos do que conhecimento dadas à história da epistemologia e a nossa intuição de que o conhecimento é finalmente valioso.

2.4) O Problema da Inundação [*Swamping Problem*]

Há, no entanto, outro problema a ser resolvido na questão de por que o conhecimento é distintivamente valioso: o problema da inundação. Inicialmente sustentava-se o problema da inundação como um empecilho para as teorias confiabilistas do conhecimento. Essas teorias, em geral, sustentam que para S ter conhecimento de que P, P tem de ser formado através de um processo confiável (por exemplo, a visão humana em ambientes claros o suficiente seria um processo confiável de aquisição de conhecimento) (GOLDMAN, 1979). O problema da inundação foi inicialmente mostrado através da seguinte analogia. Nós valorizamos um bom café. Nós também valorizamos uma cafeteira que produz confiavelmente bons cafés. Digamos que há em sua frente duas xícaras de café: xícara de café X e xícara de café Y. X e Y possuem as mesmas propriedades qualitativas excelentemente, isto é, X e Y são duas boas xícaras de café. Você prova e percebe que ambos são excelentes cafés. Após isso, lhe foi dito que o café X foi feito a partir de uma cafeteira confiável e café Y foi feito a partir de uma cafeteira não confiável. O fato do café Y ser feito a partir de uma cafeteira não confiável muda o seu valor? Não parece ser o caso. O valor de um bom café depende de suas propriedades inerentes a ele, não da confiabilidade ou não confiabilidade. Conclusão: o valor do bom café inunda [*swamps*] o método confiável no qual o bom café é produzido. O mesmo, portanto, se segue para as teorias confiabilistas em relação ao conhecimento. Uma vez que temos o bem da crença verdadeira em mãos, qual o valor adicionado pela confiabilidade? O bem epistêmico de uma crença verdadeira adquirida por sorte e uma crença verdadeira adquirida confiavelmente são análogos ao bom café obtido de maneira não confiável e o bom café obtido de maneira confiável, porque o valor epistêmico está na crença verdadeira (em relação a analogia da cafeteira, o valor está no bom café e não na cafeteira que confiavelmente produz boas xícaras de café). Isto é, o valor epistêmico da crença verdadeira inunda o valor da confiabilidade. Dado que confiabilidade não confere nenhum valor epistêmico a mais para o conhecimento, ela não diferencia o valor epistêmico da crença verdadeira e do conhecimento. A confiabilidade possui meramente um valor instrumental para o valor epistêmico da crença verdadeira.

No entanto, hoje em dia, compreende-se esse problema como uma questão a ser solucionada por todas as teorias do conhecimento (Ward Jones (1997), Wayne Riggs (2002),

Jonathan Kvanvig (2003), Linda Zagzebski (1996, 2003) e John Greco (2009, 2010)). Uma vez entendido que o valor da crença verdadeira inunda tudo, parece que qualquer teoria epistemológica apenas fornece um meio para que se chegue à crença verdadeira. Se qualquer teoria epistemológica parece fornecer um meio para alcançarmos a crença verdadeira, então qualquer teoria epistemológica tem apenas um valor instrumental que serve ao valor epistêmico da crença verdadeira. Assim, nenhuma teoria do conhecimento conseguiria responder a questão de por que o conhecimento é distintamente valioso.

Podemos ver isso de outra maneira mais clara. Em Pritchard, Millar e Haddock (2010, p. 15), eles colocam o problema da inundação como uma tríade inconsistente.

- (1) O valor epistêmico dado a uma crença por ter uma propriedade epistêmica é um valor epistêmico instrumental relativo ao maior bem epistêmico da crença verdadeira.
- (2) Se o valor de X é somente um instrumento a um bem maior e esse bem já está presente, então isso não pode dar nenhum valor adicional.
- (3) Conhecimento que p é algumas vezes mais epistemicamente valioso do que mera crença verdadeira que p .

A primeira tese é implícita e foi assumida ao longo de toda a discussão até aqui. Ela é conhecida como “V-Monismo do Valor Epistêmico” [*Epistemic Value T-Monism*]. O “V” em “V-Monismo” significa “verdade”. Essa tese significa que o único bem epistêmico fundamental é o da crença verdadeira e, portanto, todos os outros bens epistêmicos são um instrumento para atingir a crença verdadeira. Um bem epistêmico fundamental é “qualquer bem epistêmico cujo valor epistêmico não é pelo menos algumas vezes simplesmente um valor instrumental relativo a um maior bem epistêmico” (Pritchard, Millar e Haddock 2010, p. 11-12). Por exemplo, justificação seria um bem epistêmico. Entretanto, ela é um bem epistêmico não fundamental. Isso quer dizer que a justificação é sempre um valor instrumental para um maior bem epistêmico. Portanto, em ela sendo um bem epistêmico não fundamental, sempre será um instrumento para o bem maior epistêmico, a saber, a crença verdadeira.

A segunda tese é o problema da inundação. Uma vez que já temos o bem epistêmico fundamental, qualquer meio para obter esse bem fundamental se torna instrumental e não adiciona nenhum valor ao bem em questão. Tendo um bom café, a cafeteira confiável se torna meramente um instrumento para o bom café e não adiciona valor algum ao bom café. Assim,

o mesmo acontece em relação à epistemologia. Dado que já temos o bem epistêmico fundamental, a saber, a crença verdadeira, qualquer meio (confiabilidade, justificação, etc.) para alcançar esse bem se torna um instrumental e não adiciona valor algum ao bem em questão.

Dessa forma, a partir de (1) e de (2) nós temos o resultado de que não há nenhum estado epistêmico que seja mais epistemicamente valioso do que a crença verdadeira.

Com a tese (3), portanto, a tríade inconsistente fica clara para nós. Ela é apenas a intuição e também o problema para o qual buscaremos uma solução: o conhecimento é mais valioso do que crença verdadeira?

Dessa forma, não podemos responder a questão de por que o conhecimento é distintamente valioso se estamos sustentando essas três teses ao mesmo tempo. (1) e (2) são incompatíveis com (3), porque (1) e (2) diz que não há nenhum estado epistêmico mais epistemicamente valioso que crença verdadeira enquanto (3) diz que conhecimento é epistemicamente mais valioso do que crença verdadeira. Uma delas terá que ser rejeitada se não quisermos cair em contradição. Veremos mais adiante, no capítulo 4.2, que exploraremos a rejeição da primeira tese.

Mais uma clarificação talvez seja necessária a fim de que compreendamos bem o problema da inundação. Uma possível confusão inicial é a de que o problema primário do valor e o problema da inundação são idênticos. Ambos fazem a pergunta de por que o conhecimento é mais valioso do que a crença verdadeira. Qual é a diferença então? A diferença entre o problema primário do valor e o problema da inundação é que o primeiro é posto em termos de qual é o valor simpliciter do conhecimento em relação à crença verdadeira enquanto o último é posto em termos do valor epistêmico do conhecimento em relação à crença verdadeira. Saber o valor simpliciter de algo é saber o seu valor sem nenhuma qualificação, levando tudo em consideração. O significado disto ficará mais claro na seção 4.2 quando começarmos a falar sobre valores intrínsecos e finais. No entanto, saber o valor epistêmico de um estado epistêmico é saber qual o bem epistêmico a que se refere. É um bem fundamental epistêmico ou um bem não fundamental epistêmico? Por isso a resposta intuitiva ao problema primário do valor envolvendo o valor prático do conhecimento sob a crença verdadeira foi colocada em jogo. Apesar da sugestão não responder ao primeiro problema, ela faz sentido nesse contexto dado que a pergunta é qual o valor, seja qual for, do conhecimento. Em relação ao problema da inundação o mesmo não poderia ser feito uma vez que a pergunta concerne ao valor epistêmico do conhecimento. A resposta apelando para o

valor prático do conhecimento sequer estaria levando em consideração a pergunta, pois o que se quer saber é o valor epistêmico do conhecimento. A fim de satisfazer a nossa intuição de que os dois problemas são parecidos, pode-se até mesmo aceitar que o problema da inundação é uma subespécie do problema primário. No entanto, mantém-se a tese de que eles são distintos. Assim como a filosofia da biologia é uma subárea da filosofia da ciência, mas tem questões distintas.

3) Epistemologia das Virtudes

Uma teoria epistemológica que pode dar uma resposta interessante a esse problema é a epistemologia das virtudes. Teoria a qual tem como central a noção de virtude intelectual – noção que intuitivamente tomamos como valiosa de alguma forma. Como surgiu, quando surgiu e o que é a epistemologia das virtudes será o escopo deste capítulo. Faremos inicialmente um brevíssimo apanhado histórico dessa teoria epistemológica e, logo após, definiremos com cuidado o que ela é. Embora haja posições distintas dentro da própria teoria, exploraremos duas grandes posições opostas, veremos o que constitui o seu núcleo e o que faz com que essa teoria seja chamada de epistemologia das virtudes.

Nos anos 1970 e 1980, um debate sobre a estrutura do conhecimento estava sendo travado. Por um lado, havia os fundacionalistas os quais defendiam que a estrutura do conhecimento exigia uma fundação a partir de crenças básicas, isto é, crenças não-inferenciais as quais davam justificção para outras crenças – as crenças não-básicas ou crenças inferidas. Por outro lado, havia os coerentistas que desacreditavam da noção de crenças básicas. As únicas coisas que podiam justificar crenças inferidas eram outras crenças inferidas. Ou seja, no lugar da fundação, diziam que a estrutura do conhecimento era circular. Em meio a essa discussão, a epistemologia das virtudes fez a sua primeira aparição no artigo de Ernest Sosa chamado “The Raft and The Pyramid” em 1980 (BATTALY, 2008, pg. 639). Sosa acredita que pode solucionar essa questão utilizando a noção de virtude intelectual. Noção a qual compatibilizaria as intuições dos fundacionalistas de que para haver justificção epistêmica é necessário um conjunto de crenças básicas e dos coerentistas de que estar epistemicamente justificado é ter um conjunto coerente de crenças inferidas. Ao longo dos anos 1980 e 1990, Sosa não ficou sozinho na empreitada de utilizar a virtude intelectual para solucionar diferentes problemas na epistemologia. James Montmarquet (1987, 1993), Lorraine Code (1984, 1987), Linda Zagzecki (1996), John Greco (1993, 1999) são alguns dos filósofos que se engajaram nesse projeto e deram corpo para o que hoje é chamado de epistemologia das virtudes.

Todavia, o que é uma virtude intelectual? Como todo o debate em filosofia, existem diferentes posições que respondem a essa pergunta, no entanto parece ser suficientemente geral a seguinte definição: “[virtude intelectual é] uma habilidade inata ou hábito adquirido que permite alguém confiavelmente alcançar algum bem intelectual, tal como a verdade” (GRECO, 2004, p. 3). Portanto, ter uma virtude intelectual é ter uma disposição para agir de maneira a gerar um bem intelectual por causa dessa virtude intelectual. Ou seja, sendo a

virtude intelectual a noção central, para haver conhecimento, é necessário que a crença verdadeira seja causada de alguma forma pelas virtudes intelectuais do agente. Melhor dizendo: a virtude intelectual deve ser a causa mais saliente na obtenção da crença verdadeira. Há, como dito antes, uma divisão clássica de abordagens em como tratar as virtudes intelectuais. Por um lado, têm os responsabilistas das virtudes (James Montmarquet (1993), Jason Baehr (2011) e Linda Zagzebski (1996), por exemplo) que visam traços de caráter, os quais trazem algum bem epistêmico, por exemplo, coragem intelectual, mentalidade aberta, humildade intelectual, imparcialidade, etc. Por outro lado têm os confiabilistas das virtudes (John Greco (2010, 2012) e Ernest Sosa (2007, 2009, 2015), por exemplo) que visam, além dos traços de caráter, faculdades conducentes à verdade tais como boa memória, percepção acurada, etc. Veremos atentamente como essas duas concepções diferem.

Segundo Heather Battaly (2019), existem cinco diferenças cruciais entre essas duas concepções. Para os responsabilistas, o que constituem as virtudes intelectuais são as seguintes características: (1) elas são adquiridas através do hábito, (2) devemos ser responsáveis por elas, (3) elas devem ser pessoais, (4) elas não precisam ser confiáveis, (5) elas devem ser intrinsecamente valiosas. Os pontos (4) e (5) são contenciosos entre os responsabilistas e, em breve, veremos o porquê.

Dado que o foco dos responsabilistas são as virtudes intelectuais como coragem intelectual, humildade intelectual, perseverança intelectual, curiosidade, mentalidade aberta as quais constituem os nossos traços de caráter, não é de se surpreender que uma das exigências seja que elas sejam adquiridas através do hábito. Somente diligentemente, ao longo do tempo e do esforço pessoal, que alguém possui a mentalidade aberta. Não é da noite para o dia que teremos a capacidade plenamente desenvolvida de considerar seriamente hipóteses contrárias as nossas. Ademais, faculdades como percepção e memória não são comumente elogiáveis e condenáveis. Não condenamos intelectualmente alguém que possui miopia, pois isso é uma condição a qual não foi adquirida através do hábito. Uma condição que está totalmente fora do controle do agente. Ter a possibilidade de ser elogiável e condenável é característico das virtudes intelectuais quando pensadas no modelo de virtudes morais aristotélicas. Ou seja, dado que virtudes intelectuais são elogiáveis ou condenáveis, então elas devem ser adquiridas através do hábito e não faculdades que estão comumente fora do controle do agente.

Uma vez que as virtudes intelectuais são elogiáveis e condenáveis, se torna claro para nós que devemos ser responsáveis por elas. Pois, em termos de agência, tudo aquilo que é elogiável e condenável é adquirido através do hábito. Nesse caso, um hábito intelectual, uma disposição do modo como se age epistemicamente. Se adquirimos através do hábito

disposições para agirmos intelectualmente, então somos responsáveis por esse hábito adquirido, dado que voluntariamente entrincheiramos algumas virtudes intelectuais. Por exemplo, a humildade intelectual deve ser voluntariamente entrincheirada como uma qualidade nos nossos hábitos intelectuais. Para que isso ocorra, precisamos adquirir certas condutas as quais nos levem a reconhecermos nossas limitações intelectuais e modos de como superá-las. A humildade intelectual uma vez entrincheirada através do controle que exercemos sobre nossas atitudes, acabamos por ser responsável pela aquisição e operação da mesma.

A terceira característica que sugere que as virtudes intelectuais devem ser pessoais, simplesmente afirma que elas constituem os valores que o agente epistêmico carrega consigo ao conduzir investigações. Ter uma virtude intelectual é ter um traço psicológico que corresponde às motivações epistêmicas e os valores com os quais o agente epistêmico se compromete. Se o agente em questão é intelectualmente corajoso, ele será motivado e valorizará hipóteses, teorias e metodologias que parecem ser fecundas para as nossas investigações. Ele defenderá essas hipóteses, teorias e metodologias frente a obstáculos e não se acanhará por não serem adotados pela maioria, por exemplo.

O quarto ponto, como foi dito, é contencioso mesmo entre os responsabilistas. A Zagzebski acredita que as virtudes intelectuais precisam ser confiáveis (1996, pg. 99-100) no sentido em que elas gerem mais crenças verdadeiras do que falsas. Enquanto que para Montmarquet (1993, pg. 20) e Baehr (2011, pg. 123-126) não é o caso. Eles acreditam que a confiabilidade não é necessária, porque o que interessa é que o agente esteja motivado em buscar a verdade enquanto confiabilidade é “na maior parte uma questão de sorte” (Baehr, 2011, pg. 123). Estar motivado em buscar a verdade é algo que está na posse do agente, é algo que está em sua capacidade de controlar e desenvolver ao longo do tempo. Enquanto atingir crenças verdadeiras confiavelmente é uma questão de sorte onde o indivíduo está em um ambiente amigável para adquiri-las.

O quinto ponto também é contencioso, pois Baehr e Montmarquet defendem que basta que para ser uma virtude intelectual ela seja intrinsecamente valiosa. Dado que as virtudes intelectuais possuem motivações intrinsecamente valiosas como buscar a verdade, então nada mais é necessário para que elas sejam valiosas. Ora, o que mais precisaria? A Zagzebski diria que elas precisam ser instrumentalmente valiosas, isto é, as virtudes intelectuais são um instrumento para alcançar verdades sobre o mundo e sobre nós mesmos. O que está de acordo com a sua posição sobre as virtudes intelectuais. Uma vez que as virtudes intelectuais precisam ser confiáveis (gerem mais crenças verdadeiras do que falsas), então elas são

(também) instrumentalmente valiosas para alcançar o fim das crenças verdadeiras ou conhecimentos.

Agora, para os confiabilistas, o que constituem as virtudes intelectuais são as seguintes características: (1) não precisam ser adquiridas, (2) não precisamos ser responsáveis, (3) não precisam ser pessoais, (4) devem ser confiáveis e (5) devem ser instrumentalmente valiosas.

As características (1) à (3) têm um carácter negativo, pois mostram o que não é necessário para algo ser uma virtude intelectual. Battaly montou assim as diferenças entre as duas concepções, pois queria mostrar no que elas diferem. Entretanto, só mostrar o que “não precisa” estar na definição não é uma definição suficiente interessante. Para entendermos melhor o que os confiabilistas das virtudes estão considerando, temos que ter como pano de fundo a ideia de que qualquer coisa com uma função terá as suas virtudes (SOSA, 1991, pg. 271). Se o olho tem uma função, então ele tem as suas virtudes; se uma faca tem uma função, então ele tem as suas virtudes. Quais seriam as funções da percepção? Por exemplo, uma possível resposta seria adquirir crenças verdadeiras sobre o mundo ao nosso redor em ambientes favoráveis para isso. Podemos, como Sosa faz, ampliar para um maior escopo esse tipo de raciocínio. Entendendo que a função do ser humano é apreender verdades sobre o ambiente ao seu redor, a faculdade da visão, do olfato, da memória, etc. seriam as suas virtudes para que apreendamos verdades sobre esse ambiente. É isso o que devemos ter em mente quando estamos analisando o que é necessário para constituir uma virtude intelectual para o confiabilista das virtudes.

O primeiro aspecto acima salientado sugere que as virtudes intelectuais não precisam ser adquiridas. Isso se torna evidente uma vez que autores como Greco e Sosa estão na maior parte interessados em faculdades como visão e memória. Ter visão e ter memória confiáveis são faculdades inatas e não adquiridas. É por sermos naturalmente do jeito que somos que nós temos visão e memória confiáveis em um certo espectro de contextos.

Como o primeiro aspecto pode sugerir, para algo ser uma virtude intelectual não é necessário que o agente seja responsável por ela. Não se pode ser responsável por algo que não é adquirido através da agência do indivíduo. Não elogiamos indivíduos por terem uma visão confiável, tampouco os condenamos por terem miopia ou astigmatismo.⁵ Uma vez que

⁵ Contudo, elogiamos pessoas por serem belas mesmo que a pessoa não seja responsável por sua beleza (a pessoa foi privilegiada na loteria genética). Embora isso seja assim no reino estético, o ônus fica a cargo de quem quer defender o mesmo no reino epistêmico. Temos um bom dado pré-teórico de que não elogiamos epistemicamente alguém por enxergar as últimas letras da tabela de Snellen sem usar óculos e nem condenamos quem não

essas são condições não foram conscientemente adquiridas através do esforço e da diligência, não faz muito sentido sermos responsáveis por enxergamos o copo em cima da mesa ou lembrar o que eu comi há 2 minutos.

A terceira característica se segue facilmente das outras duas. Como não é necessário que a virtude intelectual seja adquirida e nem o agente epistêmico responsável por ela, não é necessário que isso expresse os valores que o agente conduz nas suas investigações. As virtudes serem pessoais é dizer que elas são profundas qualidades enraizadas na identidade do agente epistêmico. Ter visão ou memória confiável não nos diz nada sobre os valores os quais o agente carrega. O que enxergar um caminhão vermelho a seis metros de distância e lembrar o que comeu no café da manhã diz sobre os traços psicológicos do agente epistêmico? Nada. Ainda que ter visão ou memória confiável não seja ter uma profunda qualidade enraizada no agente epistêmico, o confiabilista defende que essas duas características são virtudes intelectuais.

Isso pode dar a entender que os confiabilistas das virtudes não levam em conta os traços de caráter como virtude, o que é falso. Eles tomam sim, apenas não é necessária uma concepção mais carregada (aquisição através do hábito, ser responsável, constituir os valores nos quais um agente investiga) de virtude intelectual. Uma definição mais abrangente é suficiente para dar conta dos casos mais elevados de virtudes (coragem intelectual, humildade intelectual) e dos casos menos elevados de virtudes (visão e memória confiável).

Como o próprio nome dos confiabilistas das virtudes sugere, para algo ser uma virtude intelectual é necessário que seja confiável. Isto é, que gere mais crenças verdadeiras do que falsas.

Quinta e última característica: para algo ser uma virtude intelectual, basta que seja instrumentalmente valiosa. Na medida em que a virtude em questão produz melhores efeitos intelectuais, a saber, produzir mais verdades do que falsidades, então ela tem tudo o que precisa para ser valiosa (de maneira instrumental).

Essas são as características gerais, através do olhar de Battaly (2019), do que é e como é entendido o debate sobre virtude intelectual na epistemologia das virtudes. É importante que tenhamos esse debate em mente, para conseguirmos entender quão variada é a noção de virtude intelectual. Porém, se aceita que essas duas formas de ver as virtudes intelectuais são corretas: “hoje em dia (...) a maioria dos epistemólogos das virtudes estão felizes em concordar que existem pelo menos dois tipos de virtudes intelectuais, ou excelências

intelectuais” (GRECO e TURRI, viii, 2012). Então, o que as unifica? O que faz com que ambas as abordagens sejam tomadas como epistemologias das virtudes?

O que é distintivo da ética das virtudes em relação às outras teorias éticas (deontológica e consequencialista) é uma inversão do que é prioritário na análise do que é moralmente correto. Enquanto as éticas deontológicas e consequencialistas focam em analisar quais são os tipos de ações moralmente corretas para construir as suas teorias, a ética das virtudes tem como foco o agente virtuoso. Primeiro se analisa os tipos de agentes que seriam excelentes moralmente falando e a partir deles defende-se quais seriam as ações moralmente corretas. O mesmo ocorre na epistemologia das virtudes e é isso o que vai unificar as diferentes abordagens dentro dessa teoria epistemológica (GRECO, 2000; TURRI, ALFANO e GRECO, 2017). O que é primário não é mais a crença e sim o agente epistêmico. A fim de definir conceitos como justificação epistêmica e conhecimento, não se toma mais como primário qual é o tipo de crença que gera justificação epistêmica ou conhecimento. Na epistemologia das virtudes, são as habilidades ou virtudes dos agentes epistêmicos que definem o que é estar justificado epistemicamente ou ter conhecimento.

Desde o artigo de Sosa em 1980, faz quase 40 anos que essa teoria epistemológica está presente na epistemologia contemporânea analítica. Desde então, a literatura sobre a epistemologia das virtudes tem se ampliado e se mostrado frutífera. Não é o foco mostrar como cada uma das abordagens pode solucionar o problema do valor do conhecimento. É mais plausível, dado o tipo de trabalho desenvolvido aqui, nos atermos a um dos autores e analisarmos com cuidado a sua resposta e objeções a ela. Escolhi Greco por parecer um dos mais interessantes e mais claros dos epistemólogos das virtudes de se trabalhar.

4) Epistemologia das Virtudes de John Greco

Esse capítulo será dedicado tanto para uma apresentação da natureza do conhecimento quanto o valor do conhecimento aos olhos de John Greco. O primeiro subcapítulo será dedicado em definir qual é a natureza do conhecimento e como essa definição lida com alguns problemas tradicionais da epistemologia. Se a teoria for bem-sucedida, ela dará uma boa motivação para explorarmos a sua resposta ao problema do valor do conhecimento. O segundo subcapítulo será o ponto crucial do presente trabalho, a saber, examinar como a epistemologia das virtudes de Greco responde ao problema do valor do conhecimento.

4.1) A Natureza do Conhecimento

Para motivar o uso da epistemologia das virtudes de Greco e entender melhor de onde surge o valor do conhecimento, será interessante ver qual é a natureza do conhecimento e como essa teoria resolve problemas clássicos da epistemologia como, por exemplo, os de sorte epistêmica.

A natureza do conhecimento é um dos problemas centrais da epistemologia que consiste em perguntar o que é o conhecimento. John Greco, em *Achieving Knowledge: A Virtue-Theoretic Account of Epistemic Normativity* (2010), defende que conhecimento é um tipo de sucesso produzido pela manifestação de uma habilidade intelectual. Mais especificamente: “Conhecimento como sucesso a partir de habilidade (CSH): S sabe que p se e somente se S acredita verdadeiramente (com respeito à p), porque a crença de S de que p é produzida por habilidade intelectual.” (GRECO, 2010, p. 71). Em Greco (2012), ele torna mais claro o que é essa ideia de conhecimento como um tipo de sucesso por causa de habilidade intelectual. Conhecimento é uma espécie do gênero sucesso a partir de habilidade. Quais seriam as outras espécies desse gênero? Um caso paradigmático é o de esportes. Um arqueiro quando atinge o alvo, em circunstâncias normais, é uma espécie de sucesso a partir de habilidade; um jogador de futebol quando marca o gol, em circunstâncias normais, é uma espécie de sucesso a partir de habilidades; o lutador de jiu-jitsu quando aplica o Kimura em seu adversário, em circunstâncias normais, é uma espécie de sucesso a partir de habilidades. Todos esses esportes têm um objetivo em vista (acertar o alvo, marcar o gol, imobilizar o oponente), qual seria o do conhecimento? Conforme a teoria de Greco, atingir crenças verdadeiras por causa de habilidades intelectuais.

A epistemologia de Greco conecta-se a outras três ideias. A primeira delas sugere que atribuições de conhecimento de alguma forma são sensíveis ao contexto (ibid., p. 72).

Portanto, essa noção sugere que atribuímos à S conhecimento dependendo do contexto em que ela está inserida. Partindo de uma analogia com os esportes novamente, nós dizemos que um jogador de futebol tem a habilidade de jogar bola em circunstâncias favoráveis para jogar futebol. Não dizemos que alguém não tem a habilidade de jogar bola, porque, por exemplo, o Cristiano Ronaldo não seria capaz de jogar em um estádio em que está ocorrendo um tiroteio. Ele estaria muito mais preocupado em como sair vivo ou não severamente lesionado do estádio do que conseguir mostrar a sua habilidade. Com o conhecimento o mesmo ocorre. Atribui-se conhecimento perceptivo à S de que ele viu sua esposa a 25 metros de distância quando o ambiente em questão está iluminado o suficiente e sua visão é confiável para isso. Não atribuiríamos à S conhecimento no mesmo cenário, porém se o ambiente está mal iluminado e com galhos e folhas ao seu redor (assuma que S não costuma estar em ambientes cheios de galhos e folhas). A segunda ideia nos diz que conhecimento é intimamente relacionado ao raciocínio prático (ibid., p. 72). A terceira e última ideia consiste em mostrar que um dos propósitos do conceito de conhecimento é sinalizar boas fontes de informação (ibid., p. 73). Essas outras duas ideias serão exemplificadas ao longo do subcapítulo.

Agora veremos como essa teoria soluciona dois casos distintos de sorte epistêmica: os casos de Gettier e os casos dos falsos celeiros. Ou como tem sido chamado na literatura a partir de Pritchard (2005): casos de sorte interferente e casos de sorte ambiental, respectivamente. Esses casos têm sido chamados assim, pois no primeiro a sorte interfere no meio do processo de formação de crença, enquanto, o segundo, a sorte está no ambiente em que o sujeito se encontra.

No primeiro problema, Greco ilustra-o citando dois exemplos: um de Keith Lehrer (1965) e outro de Roderick Chisholm (1977). O de Lehrer é o seguinte:

Com base em excelentes razões, S acredita que o colega de trabalho dela, Sr. Nogot, é dono de um Ford: Nogot comprova que ele é dono de um Ford e isso é confirmado pelas próprias observações relevantes de S. Disso, S infere que alguém no seu escritório é dono de um Ford. Mas no fim, a evidência de S está errada e Nogot não é dono de um Ford. No entanto, outra pessoa no escritório de S, Sr. Havit, é dono de um Ford, embora S não tenha nenhuma razão para acreditar nisso. (LEHRER, 1977)

E o de Chisholm:

Um homem *se assegura* de que lá há uma ovelha no campo e o faz sob condições as quais são tais que, quando um homem assim o *faz* assegura-se de que há uma ovelha no campo, então isso é *evidente* para ele de que há uma ovelha no campo. O homem, no entanto, confunde um cachorro com uma ovelha e, então, o que ele vê não é uma ovelha de jeito nenhum. Não obstante, sem o conhecimento do homem, *há* uma ovelha em outra parte do campo. (CHISHOLM, 1977)

O problema aqui é que esses exemplos não são casos de conhecimento, porque são crenças verdadeiras justificadas obtidas meramente através de sorte: por ventura, havia outro alguém no escritório que era dono de um Ford; por ventura, havia outra ovelha no campo. A sorte teve o papel principal em como o indivíduo obteve a verdade de sua crença. Ou seja, não há nenhuma conexão relevante entre como o sujeito adquire crença e a verdade dessa crença. A questão é o que adicionar ou modificar na teoria do conhecimento para que casos como esses não sejam tratados como caso de conhecimento, dado que eles intuitivamente não são. Greco diz que casos de conhecimento são casos em que “S acredita verdadeiramente *porque* S acredita a partir de uma habilidade ou poder intelectual.” (GRECO, 2010, p. 74). Nos casos de Gettier, entretanto, S acredita verdadeiramente e a partir de uma habilidade, mas não *por causa* da habilidade intelectual. O “porque”, diz ele, é uma explicação causal. Isto é, acreditar por causa de uma habilidade intelectual é explicar por que S tem uma crença verdadeira. Dentro de um histórico de causas, busca-se aquela mais saliente. A explicação causal que pareça ser a mais importante. Por exemplo, “práticas de empréstimos mal elaboradas causaram a atual crise no mercado imobiliário.” (ibid., p. 74). Apesar de haverem outras causas para a crise no mercado imobiliário, a mais saliente são os empréstimos mal elaborados. Embora Greco aceite que a noção de saliência explanatória seja pobremente entendida, ele apresenta dois pontos incontroversos sobre essa noção: 1) “[...] a saliência explanatória é parcialmente uma função dos nossos interesses e propósitos.” e 2) “[...] saliência explanatória é parcialmente uma função do que é normal ou comum.” (ibid., p.74).

O primeiro ponto consiste apenas em ressaltar que o que atribuímos como causas parciais são aquilo que pode ser manipulado para um bom ou mau efeito. Por exemplo, a causa de um acidente de carro é o fato de o motorista estar alcoolizado. Embora, haja diversas causas para acidente de carro, dados os nossos interesses e propósitos, é apropriado focarmos no motorista alcoolizado.

Digamos que houve um incêndio em uma serralheria. Não seria uma boa explicação dizer que a causa do incêndio foram faíscas, dado que na serralheria há faíscas para todos os lados. Portanto, o segundo ponto consiste em ressaltar que quando procuramos a causa de

algo, deve ser algo usual no ambiente. No caso da serralheria, o que poderia ter causado o incêndio seria presença de algum material inflamável.

Em suma, no caso de Lehrer, S tem uma crença verdadeira justificada de que alguém no seu escritório é dono de um Ford devido a obtenção de crença verdadeira por causa de sorte; no caso de Chisholm, o homem tem uma crença verdadeira justificada de que há uma ovelha no campo devido a obtenção de crença verdadeira por causa de sorte.

Portanto, os casos de Gettier possuem a sorte como mais saliente na explicação causal enquanto nos casos de conhecimento a habilidade intelectual é mais saliente na explicação causal.

O segundo problema a ser resolvido, os casos dos celeiros falsos, foram expostos primeiramente em Alvin Goldman (1976) citando Carl Ginet (1975):

Campo de Celeiros Falsos: Henry está dirigindo pela zona rural e vê claramente um celeiro em sua frente. Com base nisso, ele acredita que o objeto que ele vê é um celeiro. Sem o conhecimento de Henry, no entanto, a área é cheia de celeiros falsos que são indistinguíveis de celeiros verdadeiros vistos da estrada. No entanto, Henry casualmente olha para um celeiro verdadeiro naquela área. (GOLDMAN, 1976).

Esse cenário é diferente dos casos de Gettier, pois Henry percebe o celeiro corretamente embora o seu ambiente seja estranho. Enquanto nos casos de Gettier acima há um desvio entre habilidade e crença verdadeira, no caso acima descrito não há esse desvio. Henry, com sua habilidade perceptiva, corretamente aponta para o celeiro verdadeiro, entretanto, intuitivamente não reconhecemos como um caso de conhecimento. Portanto, temos o problema da sorte ambiental para a teoria sugerida por Greco.

Inicialmente, como uma solução, Greco sugere que habilidades são relativas ao ambiente (GRECO, 2010, p. 76). Seguindo o seu exemplo, Derek Jeter — ex-jogador estadunidense de beisebol — tem a habilidade de bater em bolas lançadas rápidas em ambientes normais para se jogar beisebol. Ele não tem essa mesma habilidade se ele está em uma zona de guerra, onde ele estaria extremamente distraído para acertar uma bola vindo em sua direção. De maneira análoga, Henry tem a habilidade de diferenciar objetos que são um celeiro e objetos que não são um celeiro em um ambiente normal, entretanto ele não tem essa habilidade quando se trata de ambientes tais como o campo de celeiros falsos. Pode-se pensar

nessa estratégia como uma manobra ad hoc, dado que está adicionando uma condição posterior a mais no CSH apenas para lidar com esse problema. Entretanto, dirá Greco, essa condição já estava sendo dada quando ele descreveu o que era ter conhecimento como sucesso a partir de uma habilidade – a saber, “1) atribuições de conhecimento de alguma forma são sensíveis ao contexto”. Henry só sabe que há um celeiro a frente quando o contexto é propício para formar conhecimento, por exemplo, em um ambiente normal. Em contextos de sorte ambiental, nenhuma pessoa será capaz de formar conhecimento.

A fim de especificar melhor o que é uma habilidade relativa ao ambiente, ele fornece três características: 1) “habilidades são unidas às *condições* assim como aos ambientes”; 2) “dizer que alguém tem uma habilidade implica que ele é confiável em alguma *extensão de sucesso* relevante à habilidade em questão” e 3) “dizer que alguém tem uma habilidade para alcançar algum resultado é dizer que mais ou menos eles têm um bom histórico de acertos em relação a alcançar esse resultado” (ibid., p.77). A primeira característica é o que já foi dito antes, Derek Jeter tem a habilidade de acertar bolas lançadas rápidas em ambientes normais para se jogar beisebol e não em um ambiente de guerra. A distinção entre condições e ambientes é a seguinte: condições são “conjuntos de circunstâncias que mudam dentro de um ambiente” e ambientes são “conjuntos de circunstâncias relativamente estáveis” (ibid., p.77). A segunda característica consiste em, por exemplo, Henry ter a habilidade de “perceber celeiros, discriminar celeiros de não-celeiros, de classificar prédios largos, etc”. A última característica do que significa uma habilidade ser relativa ao ambiente é dizer que habilidades são propriedades disposicionais. Isto é, “dizer que S tem a habilidade de alcançar resultado R é dizer que S tem uma disposição ou tendência para alcançar R dentro de alguma *extensão de mundos próximos relevantes*” (ibid., p.77). Portanto, essas três características nos dão a seguinte estrutura:

“S tem uma habilidade A(R/C) relativa ao ambiente E = Através do conjunto de mundos próximos relevantes W onde S está em C e em E, S tem uma alta taxa de sucesso em alcançar R.”

No entanto, isso nos dá um problema já conhecido para as teorias confiabilistas do conhecimento, a saber, o problema da generalidade. Como especificar a habilidade relativa ao ambiente? No caso do Henry, por que dizer que ele não tem a habilidade específica de diferenciar celeiros de não-celeiros dentro do ambiente em que ele se encontra? E se restringirmos o ambiente a ponto de incluir apenas a fazenda na qual ele poderia estar? E se ampliarmos o ambiente a ponto de incluir toda a Terra onde sempre haverá um lugar onde há algum celeiro falso? (ibid., p. 76). O problema é que S terá a habilidade relevante para

acreditar verdadeiramente dependendo das especificações colocadas em W, C, R e E. Como especificar isso, se de maneira mais ampla ou restrita, é o chamado problema da generalidade. O problema sugere que dificilmente conseguiremos um princípio para especificar as variáveis corretamente, colocando, então, uma dificuldade que parece insuperável.

Greco acredita que para solucionar o problema da generalidade é necessário que seja invocado uma ideia já antes mencionada, a saber, “[...] que o conceito de conhecimento serve o propósito do raciocínio prático. [...] que o conceito de conhecimento é usado para sinalizar boa informação e boas fontes de informações para o uso em raciocínios práticos” (ibid., p. 78). A partir desta perspectiva, o que é determinante para o nível de generalidade será o contexto relevante para o raciocínio prático (ibid., p. 79). Por exemplo, Henry, agora, é um novo empregado do governo para taxar certas propriedades. Celeiros verdadeiros e celeiros falsos são taxados diferentemente. Sem o conhecimento de Henry, ele está no campo de celeiros falsos. Ele, portanto, olha para o único celeiro verdadeiro e o taxa com os tributos de um celeiro verdadeiro. Dado que ele não recebeu ainda o seu devido treino para distinguir celeiros verdadeiros de celeiros falsos, diremos que ele não sabe que há um celeiro lá adiante. Nesse caso, sinalizamos Henry como uma má fonte de informação. Agora pensemos em outro caso envolvendo Henry. Ele é um hábil diferenciador de celeiros verdadeiros de celeiros falsos e está em um cenário repleto de celeiros falsos mas com um verdadeiro. Ele investiga, analisa, pensa, relembra o treinamento que recebeu, aponta e diz: esse celeiro é verdadeiro. Henry acerta. Nesse caso, diríamos que Henry sabe que há um celeiro no campo. Diremos que ele é uma boa fonte de informação.

Como, então, o problema da generalidade é solucionado? O modo como deve se individuar as habilidades relativas ao ambiente é visando o propósito do raciocínio prático e sinalização de boa informação. O indivíduo, no contexto relevante, é capaz de ser um bom informante? Se sim, então ele tem a habilidade em questão e é capaz de gerar conhecimento. Se não, então ele não tem a habilidade em questão e não é capaz de gerar conhecimento.

Em suma, podemos dizer que teorias epistemológicas como essas têm duas características essenciais: 1) são teorias que desenvolvem a noção de crédito epistêmico, isto é, conhecimento é creditável ao agente e 2) por serem teorias que desenvolvem a noção de crédito ao agente, elas trabalham com a noção de conquista (no caso da epistemologia, conquista cognitiva).

Não é por acaso que teorias da epistemologia das virtudes como essas são conhecidas na literatura como teorias do crédito epistêmico (ETCHEVERRY, 2016). Como podemos ver com Greco, o que distingue o conhecimento de estados epistêmicos menores do que o

conhecimento (crença verdadeira, crença verdadeira justificada gettierizada, etc.) é que conhecimento é atividade intelectual creditável ao agente enquanto nos estados epistêmicos que são menos do que o conhecimento (crença verdadeira, crença justificada, crença verdadeira justificada) o crédito pode estar em algo outro, por exemplo, na sorte. Não só o Greco se encaixa nessa teoria do crédito epistêmico como também Sosa (2007, 2015) e Pritchard (2012). Embora haja diferenças entre os três autores, a abordagem das teorias do crédito epistêmico podem ser formulada da seguinte maneira: “S sabe que p se e somente se o acreditar na verdade com respeito à P é salientemente produzido pelo exercício de uma das competências ou habilidades de S” (MEYLAN, 2013, pg. 262). S, ao acreditar verdadeiramente e habilmente que p, terá o estado epistêmico chamado de conhecimento.

Na medida em que o conhecimento é uma atividade intelectual creditável ao agente epistêmico, isso também será uma conquista cognitiva. Para entendermos melhor esse conceito de conquista, olhemos para um exemplo similar ao de Pritchard (2010). Imagine que um arqueiro está em uma floresta cheia de possíveis alvos: algumas latinhas e alguns troncos de árvores. Ele seleciona um alvo que ele tem a intenção de acertar com o seu arco e flecha. Ele mira, atira e acerta o alvo selecionado. Digamos que ele mirou no tronco de uma árvore e acertou porque um galho bateu levemente na flecha que desviou para o tronco da árvore em questão. Nós não chamaríamos isso de conquista, porque foi por sorte que ele acertou o alvo desejado. Agora imaginemos outro cenário. Ele mira, atira e acerta o tronco da árvore sem nenhuma interferência externa. Logo, ele habilmente acerta o tronco. Isso nós chamaríamos de conquista, uma vez que ele obteve sucesso por causa de habilidade e não por sorte. As conquistas cognitivas (isto é, conhecimento), portanto, são sucessos cognitivos (crenças verdadeiras) causados por habilidades cognitivas (percepção, memória, coragem intelectual, humildade intelectual).

Dado as defesas feitas acima em relação aos casos de sorte epistêmica, a teoria epistemológica de Greco parece interessante o suficiente para prestarmos a atenção na sua resposta ao problema do valor do conhecimento. É isso que faremos agora.

4.2) O Valor do Conhecimento

Sabemos que a teoria do conhecimento de Greco defende a tese segundo a qual o conhecimento é um tipo de sucesso a partir de habilidades. Agora devemos perguntar de onde vem o valor do conhecimento. A sua resposta é simples: sucesso por causa de habilidade é, em geral, tanto intrinsecamente valioso quanto finalmente valioso. Já que sucesso a partir de

habilidade, em geral, é intrinsecamente e finalmente valioso, o conhecimento, por ser uma espécie de sucesso a partir de habilidade, também é intrinsecamente e finalmente valioso (GRECO, 2010 pg. 99). Em Greco (2010), ele investe algumas páginas (ibid, pg. 97-101) para responder a essas questões e são elas as quais atentaremos ao responder os problemas do valor do conhecimento.

Os primeiros passos a serem dados serão os de destrinchar minimamente o que é ser intrinsecamente valioso, o que é ser finalmente valioso e por que sucesso a partir de habilidade é valioso tanto intrinsecamente quanto finalmente.

Valor intrínseco se contrapõe ao valor extrínseco: enquanto o primeiro significa que X “tem seu valor independentemente da sua relação externa com outras coisas” (pg. 98), o segundo significa que X tem seu valor dependentemente da sua relação externa com outras coisas. No caso do valor final, ele se contrapõe ao valor instrumental: enquanto o primeiro significa que X tem seu valor por ser tomado como um fim, o segundo significa que X tem seu valor por ser tomado como um instrumento para algo outro (pg. 98).

Sobre o conceito de valor intrínseco e o de valor final, realmente, Greco não dispõe muito tempo para isso⁶. No entanto, uma vez que esses conceitos são essenciais para entendermos a resposta dele ao problema do valor do conhecimento, vale a pena olharmos para alguma outra literatura a fim de melhorar na nossa compreensão. Anne Meylan (2013) e Michael Zimmerman e Ben Bradley (2019) tem algumas palavras mais esclarecedoras sobre valor intrínseco, extrínseco, final e não-final. Ela, inspirada nos trabalhos de Wlodek Rabinowicz e Toni Rønnow-Rasmussen (2000) e Toni Rønnow-Rasmussen e Michael Zimmerman (2005), sugere que interpretemos tais conceitos da seguinte maneira:

X tem um valor intrínseco = o valor de x supervem às propriedades intrínsecas naturais de x;

X tem um valor extrínseco = o valor de x supervem às propriedades naturais relacionais de x;

X tem um valor final = o valor de x é algo que x tem por si mesmo;

X tem um valor não-final = o valor de x é algo que x não tem por si mesmo. (Meylan, 2013, pg. 265)

Antes de fornecermos exemplos de cada conceito, é importante ver o que significa superveniência. Grosseiramente, podemos dizer que as propriedades de um objeto supervem às propriedades de outro objeto quando ocorre o seguinte. Existem dois conjuntos de propriedades qualquer: A e B. O conjunto de propriedades A supervem ao conjunto de propriedades B somente se não pode haver mudanças nas propriedades de A sem que haja

⁶ Na realidade, essas distinções são feitas apenas em uma nota de rodapé na página 98.

mudanças nas propriedades de B. Os exemplos clássicos para explicar esse conceito são os exemplos de obras de arte (McLaughlin e Bennett (2018) e Ritchie (2008, pg., 116)). Imagine duas obras de artes fisicamente idênticas. Se elas são fisicamente idênticas, podemos dizer que elas são também esteticamente idênticas (suponha que, além de serem fisicamente idênticas, as duas são produzidas pelo mesmo artista, ou seja, não é uma falsificação fisicamente idêntica). As propriedades estéticas das duas obras de arte supervem as propriedades físicas das obras de arte. Portanto, isso quer dizer que não é possível que haja mudança nas propriedades estéticas sem que haja mudança nas propriedades físicas da obra de arte. O conjunto de propriedades A (propriedades estéticas das duas obras de arte) supervem ao conjunto de propriedades B (propriedades físicas das duas obras de arte), porque não pode haver uma mudança nas propriedades A (propriedades estéticas das duas obras de arte) sem que haja mudanças nas propriedades B (propriedades físicas das duas obras de arte). No entanto, é importante salientar, que o contrário não é verdadeiro: podem haver mudanças no conjunto de propriedades B sem haver mudança no conjunto de propriedades A.

Em relação ao nosso contexto axiológico, Zimmerman e Bradley (2019) afirmam que é quase universal a ideia de que todo o valor é superveniente às características não-avaliativas da coisa que tem valor. Ou seja, as propriedades axiológicas de um objeto serão supervenientes as suas propriedades não-axiológicas. Por exemplo, “o valor de ajudar os outros em necessidade pode ser atribuído ao fato de que tal comportamento tem as características de ser causalmente relacionado à certa experiência prazerosa induzida naqueles que recebem a ajuda” (ibid.). O valor axiológico de <ajudar alguém em necessidade> (digamos que o seu valor é intrínseco) é superveniente à <causar prazer naqueles que recebem ajuda>, isto é, superveniente às propriedades não-axiológicas. Portanto, não é possível que haja mudança no valor axiológico de ajudar alguém sem que haja mudança nas propriedades não-axiológicas de causar prazer naqueles que recebem ajuda.

Quais seriam os casos paradigmáticos de algo que tenha valor intrínseco? William Frankena (1973, pg. 87-88) é famoso por fornecer uma lista desses bens intrínsecos: vida, consciência, atividade, saúde, força, prazeres, felicidade, beatitude, conhecimento, entendimento, sabedoria, beleza, experiência estética, etc. Esses são alguns dos exemplos de objetos que parecem possuir valor por causa de suas propriedades intrínsecas naturais. Esses são alguns dos casos paradigmáticos os quais quem trabalha com axiologia se atém.

A lição a ser tirada dessa literatura sobre axiologia é a seguinte. O importante a ser distinguido é que nem todo X que tem um valor final terá também um valor intrínseco, por mais que possamos intuitivamente pensar que essa conexão seja de alguma forma necessária

(MEYLAN, 2013, pg. 265). Um exemplo para mostrar essa distinção é o caso do vestido da Princesa Diana. Embora o valor do vestido da Princesa Diana seja final (o vestido é valioso por si mesmo), o seu valor não é intrínseco (o vestido não é valioso pelas suas propriedades intrínsecas naturais). O vestido não é intrinsecamente valioso, porque se o vestido fosse de qualquer outra pessoa comum ele não teria o mesmo valor. Todavia, como o vestido é da Princesa Diana ele tem um valor final e extrínseco, isto é, ele é valioso por si mesmo mas o seu valor supervem às propriedades naturais relacionais (a saber, a propriedade relacional de ser da Princesa Diana). Outro exemplo similar de algo que possui valor extrínseco e final é o da caneta que Abraham Lincoln usou para assinar a Proclamação de Emancipação (KAGAN, 1998). Embora seja algo que tenha valor por si mesmo, é algo que tem um valor relacional ao de ter sido usado por Lincoln na Proclamação de Emancipação.

Para concluir, uma das espécies de valor não-final é o valor instrumental o qual pode ser definido assim: “x tem um valor instrumental = o valor de x é algo que x tem em virtude de (atualmente ou disposicionalmente) causar algo valioso” (MEYLAN, 2013, pg. 265). O canivete tem um valor instrumental, porque causa algo valioso, por exemplo, passar manteiga no pão para deixá-lo mais saboroso. Meios que facilitem que as nossas comidas fiquem mais saborosas é algo que tomamos como valioso, o canivete é um auxílio para que consigamos fazer isso, portanto o canivete tem o valor instrumental por causar esse valor.

Retomando a ideia de Greco, ele defende que o conhecimento, por ser um sucesso a partir de habilidades, tem tanto valor que supervem às suas propriedades intrínsecas naturais (tem valor intrínseco) quanto valor por si mesmo (tem valor final).

Agora, por que sucesso a partir de habilidades é intrinsecamente e finalmente valioso? Greco, inspirado no livro *Ética Nicomaquéia* de Aristóteles, distingue duas formas de atingir um fim: atingir um fim por sorte e atingir um fim através do exercício de suas habilidades ou virtudes (GRECO, 2010, p. 97). Apenas o último, afirmará Greco e Aristóteles, é “intrinsecamente valioso e constitutivo do florescimento humano” (ibid., 98) e, também, finalmente valioso.

A fim de tornar essa distinção de Aristóteles a qual Greco defende mais intuitiva, Meylan fornece o seguinte exemplo:

Dois atletas, Manfred e Colin, estão em uma corrida de cem metros. Ambos percorrem exatamente a mesma distância em um tempo excelente. A rapidez de Colin ao correr os cem metros é salientemente produzida por sua competência impressionante (as quais são devidas ao treino assíduo). O desempenho de Manfred,

em contraste, é devido a nenhuma competência que ele possui, mas sim por ter tomado uma droga (MEYLAN, 2013, pg. 263).

O desempenho de Colin parece ser mais valioso do que o de Manfred, pois enquanto Colin atinge seu objetivo através de suas habilidades Manfred usa de artimanhas que não correspondem a sua habilidade de correr cem metros. Modificando um pouco o exemplo para que fique mais parecido com a distinção traçada sobre atingir um fim por sorte e por exercício de habilidades. Imagine que Manfred, por sorte, bebe água de uma garrafa a qual tem uma droga que aumenta o seu desempenho. Se não fosse por essa droga, ele não teria conseguido atingir os cem metros no mesmo tempo excelente que Colin. Ainda assim, tomaremos como mais valioso o desempenho de Colin, pois foi devido às suas habilidades.

No caso em que estamos abordando, o ponto é gerar a intuição de que a habilidade de correr cem metros é um valor tanto intrínseco quanto final enquanto correr cem metros sem envolver habilidade não tem valor intrínseco e nem final. A partir desse exemplo, generalizamos para a tese de que atingir um fim através de habilidades é valioso de maneira intrínseca e final, enquanto atingir um fim por sorte não é. Isso tem um valor intrínseco, porque é valioso pelas suas propriedades intrínsecas naturais (no exemplo, a habilidade envolvida em correr os cem metros: dedicação, diligência, etc.); isso tem um valor final, porque é valioso por si mesmo (no exemplo, a habilidade de correr os cem metros é valioso por si mesmo e não por algo outro)⁷.

Podemos agora examinar como a proposta de Greco soluciona o problema do valor do conhecimento.

Por que, então, conhecimento é valioso? Greco dirá, dado que conhecimento é sucesso a partir de habilidades, conhecimento é valioso porque sucesso a partir de habilidade, em geral, é valioso tanto intrinsecamente e finalmente quanto constitutivo do florescimento humano. O valor do conhecimento é herdado porque sucesso a partir de habilidade é valioso.

A solução para o problema primário é a seguinte. Uma vez que conhecimento é valioso por ser um tipo de sucesso a partir de habilidades, ele terá mais valor que crença

⁷ Pode-se contra argumentar a isso de duas maneiras: (1) correr cem metros é valioso, porque existem as medalhas olímpicas que as tornam valiosas; (2) correr cem metros é valioso, porque faz bem para a saúde (e a saúde é algo que possui valor final). Em relação à primeira objeção, pode-se dizer que adquirir medalhas olímpicas podem ser conquistas de diversas outras maneiras (salto com vara, boxe, natação, arremesso de disco, etc.). Por que escolher correr cem metros em detrimento das outras atividades olímpicas, dado que todas elas, no final, podem ser conquistadas as medalhas olímpicas? Digo que o indivíduo pode escolher qualquer uma dessas atividades, pois são atividades finalmente valiosas, isto é, atividades as quais são um bem em si mesmo. O mesmo pode ser dito em relação à segunda objeção. Existem diversas outras maneiras de se manter saudável, pode-se escolher correr sem metros dado o seu valor ser um bem em si mesmo.

verdadeira porque crença verdadeira pode ser atingida de maneira sortuda enquanto conhecimento não. Ademais, Greco afirma que como crença verdadeira tem apenas valor prático (GRECO, 2010, 99), o conhecimento tem mais valor que crença verdadeira por ter tanto valor intrínseco quanto final.

Como conhecimento é um tipo de sucesso a partir de habilidades, fica claro por que conhecimento é mais valioso do que aquilo que é menos do que conhecimento (por exemplo, crença verdadeira justificada). Como a literatura sobre sorte epistêmica nos ensina, podemos ter crença verdadeira justificada através de sorte. Ou seja, um sujeito qualquer pode atingir sucesso por sorte e não por habilidade. Sendo que sucesso a partir de habilidades, em geral, são valiosos intrinsecamente e finalmente, então conhecimento tem maior valor do que aquilo que é menos do que conhecimento. Mas não só isso, crença falsa justificada de modo virtuoso também é menos valiosa por não atingir o seu sucesso (a saber, ser verdadeira). É preciso que todo o conjunto esteja presente para que haja o valor necessário o qual estamos aqui propondo: é preciso haver sucesso (ser verdadeiro) e etiologia (por causa de) ligada às habilidades ou virtudes.

Sucesso a partir de habilidades, em geral, tem valor final, conhecimento é um tipo de sucesso a partir de habilidades, consequentemente conhecimento, em geral, tem valor final. Dado isso, conhecimento não é só mais valioso quantitativamente que crença verdadeira, crença justificada e crença verdadeira justificada, mas também qualitativamente. Enquanto os estados epistêmicos menores do que o conhecimento podem ser obtidos sem ser *por causa de* habilidades (podem ser *por sorte*), o conhecimento só pode ser obtido *por causa de* habilidades. Assim, portanto, soluciona-se o problema terciário do conhecimento⁸.

E quanto ao problema da inundação? Relembremos a tríade da qual surge o problema:

- 1) O valor epistêmico dado a uma crença por ter uma propriedade epistêmica é um valor epistêmico instrumental relativo ao maior bem epistêmico da crença verdadeira.
- 2) Se o valor de X é somente um instrumento a um bem maior e esse bem já está presente, então isso não pode dar nenhum valor adicional.
- 3) Conhecimento que *p* é algumas vezes mais epistemicamente valioso do que mera crença verdadeira que *p*.

⁸ Aqui, novamente, o debate sobre a natureza do entendimento pode ser trazida à tona. Entendimento é um avanço cognitivo maior do que o conhecimento, assumamos isso. Se entendimento é um estado epistêmico distinto de conhecimento, então há algo que possui maior valor que conhecimento. Porém, se entendimento é um tipo de conhecimento, então o valor do entendimento é herdado do valor do conhecimento. Como dito antes, Greco (2014) possui uma defesa nesses moldes.

Greco não menciona esse problema explicitamente em seus trabalhos recentes (2010, 2012, 2019, no prelo), mas acredito que podemos ter uma resposta possível. Claramente ele rejeita 1), pois acredita que conhecimento tem maior valor que crença verdadeira. Acreditamos que o Greco, em relação ao problema da inundação, teria a mesma resposta dada ao problema primário do valor: conhecimento tem maior valor que crença verdadeira, porque conhecimento é sucesso a partir de habilidades e crença verdadeira não. Crença verdadeira pode ser obtida por sorte, enquanto conhecimento não. Concluimos, então, que crença verdadeira não é o maior bem epistêmico e sim o conhecimento. Há mais uma razão, já antes mencionada, de por que ele negaria 1). Em Greco (2010, pg. 99), ele afirma que crença verdadeira tem valor prático, isto é, seu valor é em relação a algo outro. A crença verdadeira tem valor por simplesmente nos levar aonde desejamos (aliviar a dor de cabeça, achar o caminho que leve ao centro da cidade, etc.) e não como algo em si mesmo. Ou seja, ainda que Greco seja um monista do valor epistêmico, ele é um monista que defende que o conhecimento é o maior bem epistêmico e não a verdade.

5) Objeções e respostas

As objeções a serem consideradas aqui não abarcarão àquelas que criticam a teoria de Greco como um todo. Isto é, aquelas que visam mostrar que é possível haver sucesso a partir de habilidades sem conhecimento (PRITCHARD, 2010) e que é possível conhecimento sem sucesso a partir de habilidades (LACKEY, 2007, 2009). O presente trabalho não versará sobre esses problemas à teoria pela seguinte razão. O que essas críticas visam é que isso não é uma boa teoria do conhecimento. Na medida em que meu ponto é especificamente sobre o valor do conhecimento, seria interessante vermos as críticas que surgem diretamente para a solução do valor do conhecimento e não indiretamente. Dito isso, analisaremos duas críticas. A primeira consiste em mostrar que o conhecimento não é sempre valioso (PILLER, 2012) e a segunda consiste em mostrar que os sucessos a partir de habilidades não são sempre valiosos (PILLER, 2012). É importante salientar que as críticas de Piller se direcionam ao problema do valor simpliciter do conhecimento (primário, secundário e terciário) e não ao problema do valor epistêmico do conhecimento (problema da inundação). Acreditamos que podemos interpretar ele dessa maneira, porque Greco não explicitamente se refere ao problema do valor epistêmico do conhecimento. E, dado que Piller quer responder Greco, entendemos que ele quer criticar a resposta sobre o valor simpliciter do conhecimento. Portanto, o foco da crítica de Piller é a afirmação de que conhecimento é mais valioso simpliciter que crença verdadeira (e daquilo que é menor que o conhecimento e que conhecimento tem valor final).

5.1) Sucesso a partir de habilidades não é sempre valioso

Christian Piller, em “Knowledge as Achievement: Greco’s Double Mistake”, como o título sugere, aponta para possíveis dois erros que Greco comete ao desenvolver a sua tese sobre o valor do conhecimento: o primeiro erro é afirmar que conhecimento é, em geral, valioso quando em sua maioria não é; o segundo erro é afirmar que conquistas, em geral, são finalmente valiosas quando existem conquistas que geram um estado de coisas ruins.

Nesse subcapítulo, desenvolveremos a crítica em relação às conquistas (sucesso a partir de habilidades) serem finalmente valiosas. No próximo subcapítulo, abordaremos o possível primeiro erro de Greco, a saber, que conhecimento não é, em geral, valioso.

Piller ataca a seguinte fala de Greco: “(...) sucesso a partir de habilidades em si mesmo tem valor final, isso quer dizer que [conquistas] são valiosas como um fim, independentemente de qualquer valor instrumental que isso possa ter” (GRECO, 2010, p. 98).

Ele acredita que ninguém pode defender que qualquer sucesso por habilidades seja sempre valioso por uma simples razão: imagine qualquer conquista brutal e horrível. Piller oferece o exemplo de um sniper atirando em alvos a 200 metros de distância, o qual atinge seu objetivo por causa de suas habilidades enquanto sniper. No entanto, o seu alvo habilmente atingido é uma criança brincando no parquinho. É certo que ele atingiu a criança por causa de sua habilidade, mas com certeza não é finalmente valioso. Não gera nenhum estado de coisas bom. Pelo contrário, gera um estado de coisas ruim. Ademais, conquistas não deixam de serem conquistas por gerarem um estado de coisas ruim. Portanto, a tese de que sucessos atingidos por causa de habilidades são finalmente valiosos é falsa.

5.2) Conhecimento não é sempre valioso

Conforme vimos a tese de Greco, conhecimento é intrinsecamente e finalmente valioso porque é um tipo de conquista e conquistas são intrinsecamente e finalmente valiosas. Que conquistas não são valiosas dessa maneira, foi a crítica feita acima; agora iremos para o que o Piller chamou de primeiro erro de Greco: afirmar que o conhecimento é valioso intrínseca e finalmente.

Três categorias de conhecimento não-valioso são abordadas⁹. A primeira é a categoria de conhecimentos que podem “interferir e ser um impedimento em um projeto de vida normal” (PILLER, 2012, pg. 215). Ele fornece alguns exemplos: saber quando e como você vai morrer, saber que ninguém te ama e saber que nenhum dos seus colegas te respeita. Alguém saber alguma dessas proposições sobre si mesmo, Piller intui, não tem valor nenhum – até ter alguma crença falsa sobre essas proposições seriam melhor do que ter conhecimento, diz ele. Saber sobre essas proposições pode prejudicar e ser catastrófico no modo como tu leva a sua vida cotidiana. Como isso pode arruinar a vida de alguém, dificilmente entenderíamos como sendo um tipo de conhecimento valioso. A segunda categoria são alguns tipos de conhecimento de primeira pessoa, conhecimento de como é ter tal experiência. “Conhecimento como é matar alguém, conhecimento de como é ter as suas unhas arrancadas, (...) [conhecimento] de como um gato morto se parece após duas semanas ou dois meses” (PILLER, 2012, pg. 216) são exemplos de conhecimento de primeira pessoa que não parecem ter valor final algum. São experiências dolorosas, angustiantes e terríveis as quais não

⁹ Piller divide entre quatro categorias. No entanto, achei mais sensato dividir entre três, pois a categoria dos conhecimentos de coisas que “não são da sua conta” e a categoria dos conhecimentos de coisas “não são do seu interesse” podem ser amalgamadas sem perda de sentido.

parecem derivar valor final e intrínseco algum. Ademais, parecem ser extremamente repugnantes. Entretanto, nem por isso deixam de ser conhecimento, mas parecem deixar de ser finalmente valioso. A terceira e última categoria é de conhecimento que envolve certo tipo de curiosidade ilimitada. Por exemplo, manter um diário sobre quando os seus vizinhos dormem, saber quando foi a última vez que alguém aleatório foi ao dentista, saber o que a Sandra Bullock está fazendo agora, saber o que aconteceu com o ténis que eu joguei fora com 12 anos de idade. É difícil conceber como essas formas de conhecimento teriam valor final. Qual seria o valor em si mesmo de saber o que a Sandra Bullock está fazendo? Qual seria o valor em si mesmo de saber quando foi a última vez que o passageiro do T4 no banco atrás do meu foi ao dentista? Não parece ser concebível que esses seriam exemplos de conhecimentos finalmente valiosos. Todos esses exemplos e muitos outros são, segundo Piller, conhecimento que não são importantes e, portanto, sem valor final algum.

Dessa forma, Piller argumenta que abundam exemplos os quais mostram que conhecimento não é valioso da forma a qual Greco propõe.

5.3) Respostas

Em resposta aos problemas suscitados em 5.1) e 5.2), utilizaremos o artigo intitulado “The Tertiary Value Problem and The Superiority of Knowledge” de Mona Simion and Christoph Kelp. Começamos primeiro com a objeção de Piller. Simion e Kelp (2016) desenvolveram a hipótese da inundação (HI) em relação às conquistas malévolas: “se um estado de coisas contém um resultado malévolos que foi atingido de uma maneira que deriva valor final, o valor final derivado dessa maneira é inundado pela malevolência do resultado e, então, não contribui para o valor total do estado de coisas”. Isso quer dizer que na medida em que uma conquista é malévolos, ela perde o seu valor final de uma conquista.

HI consiste em duas características axiológicas que conquistas não-malévolos têm e as malévolos não: se X é uma conquista não-malévolos (1) o estado de coisas é melhor se X tem a característica de ser uma conquista do que ter uma característica que corresponde ao sucesso que envolve sorte e (2) o estado de coisas é melhor se X contém um maior grau de conquista do que um grau menor de conquista. Falemos um pouco de cada uma.

Antes, relembremos o caso do Sniper. Ele está mirando em uma criança a 200 metros de distância e habilmente acerta o seu alvo. Piller, portanto, afirma que isso é uma conquista (dado que houve sucesso por causa da habilidade do sniper) e não tem valor final dado o

estado de coisas malévolos que surge (a saber, a morte de uma criança). Chamemos esse caso de sniper malévolos.¹⁰

Montemos outro caso de conquista com o sniper em que gere um estado de coisas não-malévolos. Ele está mirando em um alvo que é uma silhueta humana de borracha a 200 metros de distância e habilmente atinge o seu objetivo. Isso é claramente um caso de conquista não-malévola, pois atinge um alvo inanimado e por causa de suas habilidades. Chamemos esse caso de sniper não-malévolo.

A primeira característica que distingue axiologicamente conquistas malévolas de não-malévolas nos diz que se *X* é atingido por conquista, então o estado de coisas é melhor do que se *X* fosse atingido por sorte. No caso do sniper não-malévolo, imagine que o projétil atingiu uma placa de metal na parede e ricocheteou assim acertando o alvo. Nesse exemplo, parece claro que o estado de coisas não é melhor do que no nosso primeiro caso do sniper não-malévolo. Não houve conquista, foi simplesmente por sorte que ele acertou o alvo. A mesma consequência axiológica se segue com o sniper malévolos? Não parece ser o caso. Se o sniper malévolos acerta a 200 metros a criança por sorte, é óbvio que não surge um estado de coisas pior do que o sniper malévolos que acerta por conquista. Dado que matar uma criança (ou mesmo atirar em uma criança sem matar) gera um estado de coisas ruim, não parece ser o caso de que esse estado de coisas fique melhor se for por sorte ou por conquista. O estado de coisas continuam ruim, porque uma criança foi morta (ou gravemente ferida). O que de melhor surge quando o sniper malévolos atinge o seu objetivo por conquista do que por sorte? Não parece haver nada de melhor, pois, em geral, crianças serem mortas é um estado de coisas ruim o qual ninguém deseja.

A segunda característica axiológica que distingue conquistas malévolas de não-malévolas nos diz que se *X* é uma conquista de maior grau, então o estado de coisas é melhor do que se *X* fosse uma conquista de menor grau. Soa intuitivo dizer que algumas conquistas são de maior grau do que outras, dado que executar algumas atividades exigem maior esforço do que outras. Ou até executar a mesma atividade por mais tempo do que por menos tempo parece ser uma conquista de maior grau. Ou até executar de maneira mais rápida e mais eficiente parece ser uma conquista de maior grau. Em suma, em geral, se uma conquista parece envolver uma dificuldade maior, nós assumimos que ela tem maior grau de conquista. No caso do sniper não-malévolo, suponha que ele tenha atingido uma silhueta humana de

¹⁰ Embora aqui o utilitarista possa afirmar que esse caso não seria malévolos uma vez que a criança fosse o próprio Hitler. Posso conceder isso, no entanto, em geral, o estado de coisas é ruim sempre que uma criança é alvejada.

borracha não a 200 metros, mas a um quilômetro de distância. Parece-nos que essa conquista de maior grau gera um estado de coisas melhor do que o caso que em que o sniper atinge o seu alvo a 200 metros, dado que houve um maior grau de dificuldade. O mesmo ocorre com conquistas malévolas? Parece que não. Em um caso levemente diferente do sniper malévolos montado acima, imagine que em vez de acertar a criança a 200 metros, ele a acerta a um quilômetro de distância. Essa conquista malévola de maior grau gera um estado de coisas melhor? Não, porque a morte de uma criança é, na maioria dos casos, é um estado de coisas ruim o qual ninguém deseja. Não parece que um estado de coisas melhor é gerado por uma conquista malévola de maior grau. Por ser uma conquista malévola, a maldade ou de maior ou menor grau de conquista não gera um estado de coisas melhor.

As duas consequências axiológicas descritas acima de algo que possui valor final, mostram como, de fato, conquistas não-malévolas tem valor final enquanto as conquistas malévolas não. Objetos que possuem valor final se comportam como as conquistas não-malévolas se comportam, enquanto objetos que teriam valor final que são atingidos de forma malévola não contribuem para o valor total: isto é, a malevolência inunda o valor final que, por consequência, acaba o eliminando.

Para que essa conclusão seja mais facilmente aceita, podemos comparar as conquistas não-malévolas com outro objeto que tem valor final e que, quando alcançado por características as quais consideramos malévolas, inunda o seu valor final. Simion e Kelp (2016) afirmam que prazer é um exemplo paradigmático de objeto com valor final. Mais do que isso, eles dizem: prazer é o exemplo de algo com valor final, se duvidamos disso, duvidamos da ideia de valor final. Digamos que você faça algo bom. Ao fazer esse algo bom, pode ser que (1) você tenha prazer em fazer isso ou pode ser que (2) você não tenha prazer em fazer isso. No primeiro caso, temos um estado de coisas melhor dado que fazer algo bom é finalmente valioso e fazer algo bom com prazer, além de finalmente valioso, é melhor ainda por gerar um estado de coisas melhor. No segundo caso, ainda temos um estado de coisas bom, porém não tão bom quanto o primeiro caso. Ademais, parece também que se você sente um prazer extremo em fazer algo bom, gera-se um estado melhor do coisas do que no primeiro caso. Agora imagine o caso de prazer malévolos. Por exemplo, um sniper que assassina crianças tem um enorme prazer nisso. Pense, também, em outro caso que um sniper assassino de crianças não tem prazer nisso por uma droga que foi dado a ele para inibir as suas sensações de prazer. No primeiro caso há um estado de coisas melhor do que no segundo? Parece-nos que não. Haver prazer ou não nesses casos malévolos não altera o estado de coisas ser melhor ou não. E se o sniper não tivesse um enorme prazer em assassinar

crianças, mas tivesse só um pouco? O estado de coisas seria melhor? Também nos parece que não. A maior ou menor quantidade de prazer também não altera o estado de coisas ser melhor ou não em casos malévolos.

Sobre a axiologia do prazer não-malévolo temos as seguintes afirmações que são as mesmas para as conquistas não-malévolas. (i) O estado de coisas é melhor se há prazer em comparação quando não há e (ii) o estado de coisas é melhor se há maior prazer. Também nas conquistas não-malévolas (i) o estado de coisas é melhor se há conquista em comparação quando não há e (ii) o estado de coisas é melhor se há maior conquista.

Dessa forma, podemos concluir que existe uma boa razão para distinguirmos as consequências axiológicas de conquistas não-malévolas e conquistas malévolas: os objetos que geram estado de coisas com valor final, quando adquiridos de maneira malévola são inundados pela malevolência, isto é, perdem o seu valor final.

A segunda objeção de Piller – de que abundam exemplos que mostram que conhecimento não é finalmente valioso – pode ser remontada em termos de valor do conhecimento e valor da crença verdadeira: o valor de ter conhecimento de como você vai morrer, de como é ter as unhas arrancadas e o que a Sandra Bullock está fazendo agora, não difere do valor de ter uma crença verdadeira das mesmas proposições. Dado que ter conhecimento dessas proposições não gera um estado de coisas melhor do que ter crença verdadeira sobre elas, então o problema primário do valor sequer é solucionado. Como não mostra que conhecimento é mais valioso do que crença verdadeira, a hipótese de Greco falha.

A consequência de que conhecimento malévolo não gera um estado de coisas melhor do que ter crença verdadeira malévola da mesma proposição é extraída por Simion e Kelp ao examinar a hipótese da inundação. Ter conhecimento de como executar um genocídio de maneira mais eficiente não gera um estado de coisas melhor do que ter crença verdadeira gettierizada de como executar um genocídio de maneira mais eficiente.

Como Simion e Kelp apontam, isso pode ser um problema para Greco uma vez que parece que para a sua hipótese sobre o valor do conhecimento ser bem-sucedida, ela deve mostrar que cada ocorrência de conhecimento é mais valiosa do que cada ocorrência de crença verdadeira. Pior: além de não explicar o problema primário, também não explica o problema secundário dado que ter conhecimento sobre genocídio não gera um estado de coisas melhor do que ter crença verdadeira justificada sobre genocídio. No entanto, argumentam Simion e Kelp, não é necessário que cada ocorrência de conhecimento seja mais

valeroso do que cada ocorrência de crença verdadeira ou crença verdadeira justificada. Novamente, pensemos nos casos de prazer. Uma pessoa que sente prazer em torturar pessoas, causar discórdia e ser desagradável, não elimina o valor final do prazer de ouvir boa música e apreciar boa arte. Dado que existem pessoas que sentem prazer em gerar um estado de coisas mau, isso não elimina o valor final do prazer quando gera um estado de coisas bom. Não é isso que temos pré-teoricamente, isto é, não nos parece intuitivo eliminar o valor final do prazer por haver pessoas que sentem prazer em gerar estados de coisas que são paradigmaticamente maus. O mesmo ocorre com o conhecimento. Saber como tocar um instrumento, saber como as nuvens se formam, saber qual é a estrutura química da água, saber qual a causa dos raios ainda possuem valor final e intrínseco, mesmo que outras formas de conhecimento não tenham. Esses exemplos listados sim geram um estado de coisas melhor quando são conhecidas do que quando são apenas crenças verdadeiras ou crenças verdadeiras justificadas. Ademais, também são qualitativamente distintas das crenças verdadeiras ou crenças verdadeiras justificadas das mesmas proposições.

Uma consideração final que é importante ser ressaltada, pois clarifica melhor o valor final do conhecimento. Assim como conquistas (cognitivas) se comportam axiologicamente como casos paradigmáticos de algo com valor final – a saber, no exemplo que examinamos, o prazer –, conquistas (cognitivas) não se comportam axiologicamente como casos paradigmáticos de algo com valor instrumental. O canivete victorinox bentam tem um menor valor instrumental do que o canivete victorinox sparta, porque o primeiro tem um número menor de ferramentas do que o segundo. Todavia, ao usar o canivete victorinox bentam para passar manteiga no pão, não gera um estado de coisas melhor do que se eu usasse o victorinox sparta para passar manteiga no pão. Ambos exercem a mesma função (nesse caso, passar manteiga no pão) e geram o mesmo estado de coisas valioso (nesse caso, meio eficiente de deixar o meu pão mais saboroso). O maior valor instrumental do sparta é inundado mesmo em casos não-malevolentes. O que não ocorre em casos de valor final como prazer e conquistas. O seu valor final só é inundado em casos de malevolência e não em casos neutros.

Portanto, concluo que a posição de Greco sobre o valor do conhecimento sai vitoriosa em relação às duas críticas levantadas por Piller. Em casos de conquistas malevolentes, as conquistas perdem o seu valor final, enquanto em casos de conquistas não-malevolentes não; nem toda a forma de conhecimento precisa ser valiosa para o conhecimento ter valor final,

dado que a axiologia de objetos com valor final não exigem que todos os casos em que esse objeto se apresente tenha valor final.

6) Conclusão

O problema do valor do conhecimento, como podemos ver, é uma questão multifacetada. Para responder o problema é necessário que satisfaçamos as quatro questões acima ilustradas: por que conhecimento é mais valioso que crença verdadeira, por que conhecimento é mais valioso do que aquilo que é menor do que o conhecimento (além de crença verdadeira, também crença justificada e crença verdadeira justificada), por que conhecimento é mais valioso qualitativamente do que aquilo que é menor do que o conhecimento e por que conhecimento é mais valioso epistemicamente do que crença verdadeira.

Em detalhes, mostramos a história da epistemologia das virtudes e como ela pode parecer interessante para solucionar esse problema. Em particular, atentamos a teoria de John Greco. Como motivação inicial, mostramos como a teoria de que o conhecimento é sucesso por causa de habilidades intelectuais lida com a questão de qual é a natureza do conhecimento. Embora haja diversos problemas que rondam a natureza do conhecimento, focamos nos problemas de sorte epistêmica: casos em que um indivíduo, por sorte, adquire crença verdadeira. Casos de sorte interferente (em que a sorte interfere no processo de formação de crença) e casos de sorte ambiental (em que a sorte está no ambiente no qual indivíduo está inserido) são os exemplos os quais uma teoria epistemológica tem de dar uma resposta satisfatória. Esperamos que a teoria de que conhecimento é sucesso por causa de habilidades tenha sanado as dúvidas quanto a esse problema.

Uma vez que Greco parece ter uma boa resposta a esse problema em relação à natureza do conhecimento, temos uma boa motivação para vermos como a mesma teoria lida com a questão do valor do conhecimento. Ele sugere que conhecimento é distintamente valioso, porque sucesso por causa de habilidade (isto é, conquistas) é valioso. Isto é, sendo o conhecimento uma espécie do gênero sucesso por causa de habilidades, o primeiro herda o valor do segundo. Em relação a qual tipo de valor tem as conquistas e o conhecimento (conquista cognitiva), ele responde: dado que conquistas tem valor intrínseco e final, conhecimento também tem valor intrínseco e final. A fim de que entendamos por que conquistas tem valor intrínseco e final, fornecemos o exemplo de Meylan o qual tem a intenção de gerar a intuição de que isso seja o caso. Portanto, conhecimento é mais valioso (simpliciter e epistemicamente) do que crença verdadeira, daquilo que é menor do que o conhecimento e mais valioso qualitativamente, porque conhecimento é um tipo de sucesso por causa de habilidades intelectuais. Uma vez que crença verdadeira, crença justificada e crença

verdadeira justificada podem ser adquiridas por falta de habilidades intelectuais e meramente em conjunto com habilidades intelectuais, elas são menos valiosas do que conhecimento. Para haver valor do conhecimento, é necessário que haja crença verdadeira *por causa* de habilidades intelectuais.

Christian Piller é o autor crítico a teoria que visamos defender. Ele mostra casos de sucesso por causa de habilidade que não são finalmente valiosos e casos de conhecimento que não são finalmente valiosos. No primeiro caso, ele sugere que casos de conquistas malévolas não possuem valor final. Embora um sniper habilmente matar uma criança seja uma conquista, não entendemos isso como tendo valor final. No segundo caso, ele afirma que algumas categorias de conhecimento mostram que nem toda a forma de conhecimento é finalmente valiosa.

Embora Piller tenha levantado críticas severas, vimos como as elas falham em relação a teoria de Greco. Em resposta a primeira objeção, dizemos que a axiologia das conquistas malévolas é diferente das conquistas não-malévolas. Enquanto no primeiro caso a malevolência inunda o valor final (ou seja, anula), no segundo caso o valor final se mantém. As primeiras não geram um estado de coisas melhor quando é obtido por conquista em vez de por sorte e não geram um estado de coisas melhor quando a conquista é de maior grau. As segundas, no entanto, geram um estado de coisas melhor quando são obtidas por conquista em vez de por sorte e geram um estado de coisas melhor quando a conquista é de maior grau. Em resposta a segunda objeção, mostramos que, assim como um caso paradigmático de objeto com valor final (a saber, o prazer), o conhecimento, para ter valor final, não é necessário que assim seja absolutamente em todos os casos. Basta que haja, em geral, alguns casos que exibam valor final e isso é o suficiente.

É importante ressaltar que conclusão que chegamos é limitada. A epistemologia de Greco tem soluções para *os dois problemas* apontados por Piller. Nossa investigação permite concluir isso apenas. Ainda assim, alguns obstáculos podem ser encontrados nessas soluções.

Como se deve notar, as respostas são dadas por outros filósofos e não o próprio Greco. Por isso, cabe perguntar se essas respostas estão disponíveis dentro da epistemologia dele. Isto é, será que as respostas são compatíveis com a sua teoria. O intuito do autor é mostrar como a noção de conquista pode ser poderosa o suficiente para responder problemas epistemológicos tais como o de sorte epistêmica e o do valor do conhecimento. Então, invocar ideias de conquistas malévolas e não-malévolas se encaixa dentro da epistemologia de Greco? Uma vez que o seu intuito é distinguir sucesso por conquista e sucesso por sorte, parece que está sendo

utilizado algo a mais, a saber, sucesso por conquista não-malevolente. Se é possível encaixar isso na teoria, no entanto, ficará para um próximo trabalho.

Em relação à crítica de que nem sempre conhecimento é finalmente valioso, respondemos que não precisa ser o caso de que toda e qualquer forma de conhecimento seja finalmente valiosa, vide o caso do prazer que embora não seja sempre finalmente valioso ainda assim o consideramos como valor final. Não obstante, isso parece complicar em demasia o que consideramos como tendo valor final ou não. Qual é o limite para um objeto ter a propriedade de ser finalmente valioso? Como precisamente avaliar isso? Varia conforme o contexto? Essas, também, são perguntas interessantes de desenvolver respostas, em um futuro trabalho.

Ainda que com sugestões de possíveis problemas que podem ser examinados no futuro, concluímos que a epistemologia das virtudes de John Greco é bem equipada para responder ao problema do valor do conhecimento em relação às críticas desenvolvidas por Christian Piller.

Referências

- BAEHR, J. (2011) *The Inquiring Mind: On Intellectual Virtues and Virtue Epistemology*, Oxford: Oxford University Press.
- BATTALY, H. (2008) “Virtue Epistemology”, *Philosophy Compass*, 3(4): 639–663.
- _____. (ed.). (2019) *Routledge Handbook for Virtue Epistemology*, London: Routledge.
- BONDY, P. (2019) “Epistemic Value”, *The Internet Encyclopedia of Philosophy*, ISSN 2161-0002, <https://www.iep.utm.edu/ep-value/>.
- CHISHOLM, R. (1977) *Theory of Knowledge*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- CODE, L. (1984) “Toward a ‘Responsibilist’ Epistemology”, *Philosophy and Phenomenological Research*, 45(1): 29–50. doi:10.2307/2107325.
- _____. (1987) *Epistemic Responsibility*. Hanover, NH: UP of New England.
- ETCHEVERRY, K. (2016) Conhecimento como Manifestação da Competência do Agente Epistêmico, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 33, 109-120.
- FRANKENA, W. K. (1973), *Ethics*, Segunda Edição, Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- GINET, C. (1975) *Knowledge, Perception and Memory*. Dordrecht: D. Reidel.
- GORDON, E. C. (2019) “Understanding in Epistemology” *The Internet Encyclopedia of Philosophy*, ISSN 2161-0002, <https://www.iep.utm.edu/understa/>.
- GRECO, J. (1993) “Virtues and Vices of Virtue Epistemology”, *Canadian Journal of Philosophy*, 23(3): 413–432. doi:10.1080/00455091.1993.10717329.
- _____. (1999) Agent Reliabilism, em James Tomberlin (ed.), *Philosophical Perspectives 13: Epistemology*, Atascadero, CA: Ridgeview.
- _____. (2000) *Putting Skeptics in Their Place: The Nature of Skeptical Arguments and Their Role in Philosophical Inquiry*, Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (2004) “Virtue Epistemology”, <https://plato.stanford.edu/archives/win2004/entries/epistemology-virtue/>.
- _____. (2009) The Value Problem, em Haddock, Millar, e Pritchard p. 313-321.
- _____. (2010) *Achieving Knowledge: A Virtue-Theoretic Account of Epistemic Normativity*. Cambridge University Press.
- _____. (2012) e TURRI, J. *Virtue Epistemology*, Cambridge, MA: The MIT Press..
- _____. (2019) “Knowledge, Virtue and Achievement” em *The Routledge Handbook of Virtue Epistemology*, Battaly, H. (ed). New York: Routledge.

- _____. (No prelo) “Knowledge-producing Abilities,” em KELP, C. e GRECO, J. (eds), *Virtue-theoretic Epistemology: New Methods and Approaches*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GOLDMAN, A. (1976) “Discrimination and Perceptual Knowledge”, *Journal of Philosophy* 73, p. 771–91.
- _____. (1979) “What Is Justified Belief?” em Pappas, G. S. (ed.), *Justification and Knowledge*, Dordrecht: Reidel, pp. 1–25.
- HADDOCK, A., MILLAR, A. e PRITCHARD, D. (eds.) (2009) *Epistemic Value*, Oxford: Oxford University Press.
- JONES, W. (1997) “Why Do We Value Knowledge?” *American Philosophical Quarterly*, 34: 423–40.
- KAGAN, S., (1998) “Rethinking Intrinsic Value”, *Journal of Ethics*, 2: 277–97.
- KVANVIG, J. (2003) *The Value of Knowledge and the Pursuit of Understanding*. Cambridge University Press.
- LACKEY, J. (2007) “Why We Don’t Deserve Credit for Everything We Know”, *Synthese*, 158(3): 345–361.
- _____. (2009) “Knowledge and Credit”, *Philosophical Studies*, 142(1): 27–42.
- LEHRER, K. (1965) “Knowledge, Truth and Evidence”, *Analysis* 25, p. 168–75.
- MEYLAN, A. (2013) “The Value Problem of Knowledge: An Axiological Diagnosis of the Credit Solution”. *Res Philosophica*, 90(2):261-275.
- PILLER, C. (2012) “Knowledge as Achievement - Greco's Double Mistake” Em Jaeger, W. L. C. (Ed.), *Epistemology: Contexts, Values, Disagreement* (pg. 215-225). Mentis.
- MONTMARQUET, J. A. (1987) Epistemic Virtue, *Mind*, 96(384): 482–497.
- _____. (1993) *Epistemic Virtue and Doxastic Responsibility*, Lanham: Rowman and Littlefield.
- PRITCHARD, D. (2007) Recent Work on Epistemic Value, *American Philosophical Quarterly*, 44(2): 85-110.
- _____. MILLAR, A. e HADDOCK, A. (eds) (2010) *The Nature and Value of Knowledge*, Oxford: Oxford University Press, Oxford.
- _____. (2012) “Anti-luck virtue epistemology”, *Journal of Philosophy*, 109(3): 247–279.
- RIGGS, W. D. (2002) “Reliability and the Value of Knowledge”, *Philosophy and Phenomenological Research*, 64: 79–96.
- RABINOWICZ, W. e RØNNOW-RASMUSSEN, T. (2000) “A Distinction in Value: Intrinsic and for Its Own Sake”, *Proceedings of the Aristotelian Society* 100 (1): 33–51.

- RØNNOW-RASMUSSEN, T. e ZIMMERMAN, M. (eds.) (2005) *Recent Work on Intrinsic Value*, Library of Ethics and Applied Philosophy. Dordrecht: Springer.
- SIMION, M. & KELP, C., (2016) “The Tertiary Value Problem and The Superiority of Knowledge”. *American Philosophical Quarterly* 53 (4): 397-410.
- SOSA, E., (1980) “The Raft and the Pyramid: Coherence versus Foundations in the Theory of Knowledge”, *Midwest Studies in Philosophy*, 5: 3–25.
- _____. (1991) *Knowledge in Perspective*, Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (2007) *Apt Belief and Reflective Knowledge*, Volume 1: A Virtue Epistemology, Oxford: Oxford University Press.
- _____. (2015) *Judgment and Agency*, Oxford: Oxford University Press.
- TURRI, J., ALFANO, M. and GRECO, J., "Virtue Epistemology", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2019 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <https://plato.stanford.edu/archives/fall2019/entries/epistemology-virtue/>.
- ZAGZEBSKI, L. (1996) *Virtues of the Mind: An Inquiry into the Nature of Virtue and the Ethical Foundations of Knowledge*. Oxford: Oxford University Press.
- _____. (2003) The Search for the Source of the Epistemic Good, *Metaphilosophy*, 34: 12–28.
- ZIMMERMAN, M. J. e BRADLEY, B., "Intrinsic vs. Extrinsic Value", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2019 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <https://plato.stanford.edu/archives/spr2019/entries/value-intrinsic-extrinsic/>.